

Índice

1 - Introdução	3
2 - Organização Municipal.....	7
3 - Recursos Humanos.....	10
4 - Análise do impacto do QREN 2007-2013.....	15
5 - Síntese das Atividades Municipais	20
6 - Análise Orçamental	32
6.1- Orçamento da Receita e da Despesa – Modificações	32
6.2- Execução e evolução da Receita	33
6.3 - Execução e evolução da Despesa	35
6.4 - Grandes Opções do Plano	38
6.5 - Análise dos Resultados Orçamentais	40
7 - Situação Económico-Financeira.....	41
7.1 - Análise ao Balanço.....	41
7.2 - Demonstração de Resultados	43
8 - Indicadores.....	46
9 - Aplicação de Resultados.....	46
10 - Cumprimentos Legais da Despesa	47
ANEXO – Contabilidade de Custos.....	50

Prestação de Contas 2013

1 – Introdução

Nota Prévia

Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2013, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município de Tábua, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

São também apresentados os mapas de Prestação de Contas que constam de documento autónomo.

Conjuntura Global

A crise financeira global tem-se revelado muito difícil de ultrapassar e, nessa medida, tem condicionado o desenvolvimento económico, o que impede a obtenção de índices de crescimento como os que se registavam até ao início dessa mesma crise.

Esta situação tem afetado particularmente os Países da Zona Euro, devido em parte, à crise das dívidas soberanas na Europa, agravada pelas desconfianças nos mercados financeiros e pela resposta dos órgãos comunitários que não têm conseguido uma atuação concentrada e forte no contexto Europeu e Mundial.

Síntese Económica de Conjuntura

As políticas de contenção e consolidação orçamental têm afetado o desempenho da atividade económica impedindo o crescimento económico, o qual tem sido sucessivamente adiado, com expressão muito significativa no desemprego e no agravamento das desigualdades sociais.

Em resultado das políticas orçamentais prosseguidas, tem existido um forte abrandamento dos consumos públicos e privados o que contribui para um fraco investimento e para a diminuição dos índices de bem-estar da população.

Esta situação tem óbvios reflexos nas Autarquias Locais, as quais veem diminuir as suas receitas, fruto do abrandamento da atividade económica e, por outro lado, veem aumentar as necessidades básicas da sua população sem que, em muitos casos, tenham os meios necessários para acorrer às situações que se lhes colocam.

No entanto, em novembro de 2013, os indicadores de sentimento económico e de confiança dos consumidores da Área Euro (AE) recuperaram. Apesar de todas as dificuldades e contingências, em Portugal, o indicador de clima económico prolongou em novembro o perfil ascendente observado desde o início do ano, após ter registado o mínimo da série em dezembro de 2012, atingindo o valor mais elevado desde março de 2011. O indicador de atividade económica acelerou em outubro, fixando o valor máximo desde abril de 2011.

As atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6 por cento no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.

Em 2014 e 2015, o crescimento da economia portuguesa tenderá a aproximar-se dos valores atualmente projetados para o conjunto da área do euro. Esta evolução favorável, prevê o Governo, deverá assentar na robustez das exportações de bens e serviços e na aceleração da procura internas, com destaque para o investimento empresarial. O comportamento recente das exportações tem revelado a capacidade das empresas portuguesas para encontrar novos mercados, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década.

Não podemos deixar de relevar e deixar aqui uma forte nota ao contributo das empresas Tabuenses para a criação de emprego e riqueza a nível nacional, enaltecendo o seu forte contributo para as exportações nacionais.

Município de Tábua

Relativamente ao Município de Tábua, e apesar da grave crise que nos afeta, foi efetuado em 2013, um enorme esforço de diminuição da dívida da autarquia, sem deixar de realizar as intervenções que se consideraram prioritárias.

Regista-se que, em 2013, o Orçamento de Estado e um conjunto de legislação em vigor, mantêm a restrição da autonomia financeira dos Municípios. Em especial a Lei n.º 8/2012 (lei dos compromissos) que o Município de Tábua tem vindo a respeitar pautando a sua atuação em critérios de rigor orçamental.

Novas realidades Regionais

Novas CIM's

O novo regime jurídico das autarquias locais veio impor alterações nas Comunidades Intermunicipais (CIM), onde opera a constituição das CIM's por fusão e cisão legal. A Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que entrou em vigor no dia seguinte ao da realização das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais, consagrou um quadro jurídico novo que comporta significativos reflexos na organização interna e, consequentemente, no exercício das funções delegadas de gestão dos programas operacionais regionais, sendo bastante diverso o âmbito das alterações que incidem em cada uma das entidades, variando de simples sucessão de enquadramento jurídico da entidade até às situações de alteração de área geográfica e de integração/fusão de entidades.

A Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN) e a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul, extinguiram-se, em razão de todo o seu território ser afeto a outras CIM's. Os 14 municípios que constituíam a CIMPIN integraram a CIM Coimbra e a CIM Leiria. Os concelhos de Castanheira de Pera, Pedrógrão Grande, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere integraram a CIM da Região de Leiria. Os concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital, Arganil, Penela, Vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, e Pampilhosa da Serra integraram a CIM da Região de Coimbra.

A nova CIM Coimbra ficou composta por 19 municípios (Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Mealhada, Mortágua, Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua, e Vila Nova de Poiares) com uma população de 460.139 pessoas.

Reorganização administrativa do território das freguesias

A Lei 22/2012, de 30 de maio, aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. Na sua sequência, a Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias de Lisboa, e a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro deu cumprimento à obrigação da reorganização administrativa do território das demais freguesias do país. As novas freguesias criadas por agregação ou por alteração dos limites territoriais iniciaram a

sua existência jurídica após a cessão das freguesias que lhe deram origem, ou seja, após a data das eleições gerais de 2013 para os órgãos das autarquias locais, i.e., no dia 29 de setembro de 2013.

Após o processo de agregação das freguesias, o concelho de Tábua ficou territorialmente dividido em 11 freguesias: União das Freguesias de Àzere e Covelo, União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, União das Freguesias de Espariz e Sinde, União das Freguesias de Pinheiro de Côja e Meda de Mouros, Freguesias de Candosa, Carapinha, Midões, Mouronho, Póvoa de Midões, São João da Boa Vista e Tábua.

Legislação Fundamental Autárquica

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprovou o regime jurídico das autarquias locais. Aprovou o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, bem como a delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias.

Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, revoga a Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007, de 15 de janeiro), a partir de 1 de janeiro de 2014, altura em que entra em vigor.

Realçamos algumas novidades deste novo diploma em termos de endividamento municipal.

Com esta Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, passa a ser criado um sistema de alerta precoce e de recuperação financeira dos municípios.

Se, a dívida total de um município, atingir 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios, ou se um município registar, durante dois anos consecutivos, uma taxa de execução de receita prevista no orçamento inferior a 85%, a DGAL, tem o dever de informar os membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa.

Salientamos ainda algumas novidades no âmbito do regime financeiro das Freguesias. Fica consagrada a possibilidade de realização de contratos de locação financeira (leasing) de bens imóveis, até ao limite de 5 anos (nº 3 art. 55º), os empréstimos de curto prazo, que não pode ultrapassar 10% do FFF, em vez da

amortização total no prazo de 1 ano, passam a ter de ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados (ano civil). Em matéria de receitas das Freguesias (art. 23º), passam a receber a totalidade do produto do IMI sobre os prédios rústicos (em vez de metade), acrescendo 1% da receita do IMI sobre os prédios urbanos (que não se estava consagrado).

2 - Organização Municipal

Eleições Autárquicas 2013

Os resultados das eleições autárquicas no concelho de Tábua - ocorridas no mês de setembro 2013, deram uma maioria reforçada ao Partido Socialista. **Para o Órgão Câmara Municipal** foram eleitos 5 vereadores do Partido Socialista e 2 vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP.

Câmara Municipal

PS

Mário de Almeida Loureiro

Ana Paula dos Santos Faria Neves

Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Cátia Soraia Santos Figueiredo

José Manuel da Costa Pires de Moura

PPD/PSD.CDS-PP

Nuno Duarte Abranches Pinto

Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca

De acordo com o novo mapa autárquico das 11 Juntas de Freguesia do concelho de Tábua, o Partido Socialista venceu em 9 freguesias (União das Freguesias de Àzere e Covelo, União das Freguesias de Espariz e Sinde, União das Freguesias de Pinheiro de Côja e Meda de Mouros, Freguesias de Candosa, Midões, Mouronho, Póvoa de Midões, São João da Boa Vista e Tábua), a Coligação PPD/PSD-CDS/PP venceu na freguesia da Carapinha, e o Movimento de Independentes venceu na União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha.

Para a Assembleia Municipal de Tábua foram eleitos 21 membros: 13 membros do Partido Socialista, 7 membros da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, e 1 membro do Partido PCP/PEV.

PS - 13

Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia

João Luiz Alves Fiuza

Lúcia Paula da Costa Cabral

Francisco Ivo de Lima Portela

Rui Brito Pereira

Diogo Alexandre Pratas Mendes

Fernando Antunes Marques Macedo

Inês Marques de Sousa Ramos

Ricardo Manuel Nogueira Martins

Amílcar Castanheira Luiz

Cláudia Sofia Pereira Antunes Batista Marques

Pedro José Pereira Cardoso

Amadeu Alves

PPD/PSD.CDS-PP - 7

João Carlos Canotilho Lage

Fernando Carvalho Andrade

Maria João Rodrigues Neves Veloso Marques

Abílio Rodrigues

Ana Lúcia Cortês Nunes Henriques Simões

Joaquim Luis Almeida Gonçalves

Ricardo Alexandre Pereira Antunes

PCP-PEV - 1

Manuel Jorge Sarmiento

O modelo de estrutura organizacional

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, veio o seu artº 19º, determinar que até 31 de dezembro de 2010 as câmaras municipais tinham que promover a revisão dos seus serviços. Desta forma, em conformidade com a referida

norma legal, a Câmara Municipal de Tábua procedeu em conformidade, e aprovou a proposta de Moldura Organizacional para o Município de Tábua, em sua reunião extraordinária de 22 de dezembro de 2010, que foi posteriormente submetida e aprovada pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 29 de dezembro de 2010, tendo esta sido publicada na 2ª série do Diário da República, nº 8, de 12 de janeiro de 2011, pelo Despacho nº 1081/2011, produzindo os seus efeitos a 29 de dezembro de 2010, nos seguintes moldes:

- **Modelo de estrutura a implementar** – Estrutura hierarquizada;
- **Estrutura nuclear** - Composta pelas seguintes 3 unidades orgânicas nucleares:
 - Departamento Administrativo e Financeiro;
 - Departamento de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente;
 - Departamento de Ação Social, Educação, Desporto e Juventude, Cultura e Turismo.
- **Estrutura flexível:**
 - **Nº máximo de unidades orgânicas flexíveis** – 15 unidades flexíveis;
 - **Nº máximo de subunidades orgânicas** – 20 subunidades orgânicas;
 - **Nº máximo de equipas de projeto** – 2 equipas de projeto.

Mais tarde, com a entrada em vigor da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, foi necessário proceder-se à reorganização dos serviços municipais do Município de Tábua, pelo que foi aprovada em reunião de câmara de 17 de dezembro de 2012, a proposta para a nova Moldura Organizacional dos serviços municipais, posteriormente aprovada pela Assembleia Municipal, em sua sessão de 21 de dezembro de 2012, e publicada na 2ª série do *Diário da República*, nº 10, de 15 de janeiro de 2013, pelo Despacho nº 825/2013, produzindo os seus efeitos nos termos da salvaguarda do disposto no nº 7 do artº 25º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, nos seguintes moldes:

- **Modelo de estrutura a implementar** – Estrutura hierarquizada;
- **Estrutura flexível:**
 - **Nº máximo de unidades orgânicas flexíveis** – 5 unidades flexíveis;
 - **Nº máximo de subunidades orgânicas** – 8 subunidades orgânicas;
 - **Nº máximo de equipas de projeto** – 2 equipas de projeto.

Aprovada a moldura organizacional, dando cumprimento ao disposto no nº 6 do art.º 10º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, foi aprovado pela Câmara Municipal, em sua reunião de 28 de dezembro de 2012, sob proposta do Sr. Presidente da Câmara, a estrutura flexível e respetivo Regulamento Orgânico do Município de Tábua, publicado na 2ª série do *Diário da República*, nº 15, de 22 de janeiro de 2013, pelo Despacho nº 1370/2013, produzindo os seus efeitos nos termos da salvaguarda do disposto no nº 7 do artº 25º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

Posteriormente, sentiu-se a necessidade de se proceder a alguns reajustes à estrutura flexível e ao Regulamento Orgânico do Município de Tábua em vigor, pelo que foi aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 18 de dezembro de 2013, sob proposta do Sr. Presidente da Câmara, o atual Regulamento Orgânico do Município de Tábua, publicado na 2ª série do *Diário da República*, nº 27, de 7 de fevereiro de 2014, pelo Despacho nº 2052/2014, produzindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2014, nos termos da salvaguarda do disposto no nº 7 do artº 25º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

3 - Recursos Humanos

Analisa-se de forma sucinta a evolução dos recursos humanos do Município durante o ano de 2013, recorrendo, sempre que necessário, à comparação da sua evolução em relação ao biénio anterior identificando as condicionantes internas e externas dessa evolução.

A informação prestada tem como base os reportes efetuados pelos serviços dos recursos humanos à Direção-Geral da Administração Local, e que se encontram legalmente previstos, tais como:

- Reportes mensais dos recursos humanos afetos aos serviços e despesas com os mesmos;
- Reportes trimestrais e semestrais de caracterização dos recursos humanos – Lei nº 57/2011, de 28 de novembro, com as alterações introduzidas pela LOE2013;
- Reportes trimestrais de monitorização da redução do número de trabalhadores nas autarquias locais – LOE2013;
- Balanço Social;

Evolução dos Recursos Humanos do Município de Tábua (2011-2013)

Em sintonia com o rumo traçado a nível nacional e local, governo e municípios têm vindo a adotar medidas com incidências nos recursos humanos no sentido da sua redução, quer seja em termos dos custos que os mesmos representam para a administração pública, quer seja no seu número em termos absolutos.

Tendo em conta as restrições legais impostas, apresenta-se a evolução dos recursos humanos do Município de Tábua no período entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2013.

Pessoal Dirigente:

Cargo Dirigente	01/01/2011	01/01/2012	01/01/2013	31/12/2013
Direção Intermédia 1º Grau	2	2	2	0
Direção Intermédia 2º Grau	2	2	2	3
Total	4	4	4	3

.Tabela 1 - Fonte: Saldos Iniciais de Pessoal ao Serviço (2011, 2012, 2013 e 2014)

No ano de 2013 verificou-se uma redução do pessoal provido em cargos dirigentes, motivado pela aplicação da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que adapta o Estatuto do Pessoal Dirigente à administração local.

Pessoal Técnico Superior:

Técnicos Superiores	01-01-2011	01-01-2012	01-01-2013	31-12-2013	Variação 2011-2013
Funções Gerais	25	22	21	23	-8,00%
Afetos à Educação	13	13	8	8	-38,46%
Total	38	35	29	31	-18,42%

.Tabela 2 - Fonte: Saldos Iniciais de Pessoal ao Serviço (2011, 2012, 2013 e 2014)

Relativamente ao pessoal técnico superior, assiste-se a uma redução gradual, com uma pequena inversão ao longo do ano de 2013 (assinatura de contrato de dois técnicos superiores nas áreas de Gestão de Recursos Humanos e Ciências Empresariais).

Pessoal Assistente Técnico:

Assistentes Técnicos	01-01-2011	01-01-2012	01-01-2013	31-12-2013	Variação 2011-2013
Funções Gerais	31	31	31	29	-6,45%
Afetos à Educação	0	0	0	0	
Total	31	31	31	29	-6,45%

.Tabela 3 - Fonte: Saldos Iniciais de Pessoal ao Serviço (2011, 2012, 2013 e 2014)

Verifica-se uma ligeira redução durante o ano de 2013.

Pessoal Assistente Operacional:

Assistentes Operacionais	01-01-2011	01-01-2012	01-01-2013	31-12-2013	Variação 2011-2013
Funções Gerais	98	94	82	76	-22,45%
Afetos à Educação	24	23	21	21	-12,50%
Total	122	117	103	97	-20,49%

.Tabela 4 - Fonte: Saldos Iniciais de Pessoal ao Serviço (2011, 2012, 2013 e 2014)

É neste grupo de pessoal que se tem verificado a maior redução, com principal incidência no período entre janeiro de 2012 e o janeiro de 2013. De janeiro de 2011 a dezembro 2013, verificaram-se as seguintes reduções:

- 18,42% do total de pessoal Técnico Superior;
- 6,45% do pessoal Assistente Técnico;
- 20.49% do Pessoal Assistente Operacional.

Pessoal em Carreiras Especiais ou Não Revistas:

Carreiras/ Categorias	01/01/2011	01/01/2012	01/01/2013	31/12/2013
Informática	1	1	1	1
Fiscal Municipal	1	1	1	1
Fiscal de Obras	1	1	1	1
Total	3	3	3	3

.Tabela 5 - Fonte: Saldos Iniciais de Pessoal ao Serviço (2011, 2012, 2013 e 2014)

Manteve-se constante o número de trabalhadores ao longo dos anos.

Em relação à totalidade dos Recursos Humanos, apresenta-se em seguida a sua desagregação por efetivos segundo o escalão etário.

Contagem de Efetivos segundo Escalão Etário:

	Dirigentes Intermédio		Carreiras Gerais						Informática		Outras *		Total		%	
			Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional									
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	Nº.	%	%
20-29 anos	0	0	1	0	4	3	1	1	0	0	0	0	6	4	3,45%	2,40%
30-39 anos	0	0	18	19	13	9	23	24	1	0	3	3	58	55	33,33%	32,93%
40-49 anos	3	3	7	9	8	11	33	20	0	1	1	0	52	54	29,89%	32,34%
50-59 anos	1	0	0	1	6	6	40	37	0	0	2	3	49	47	28,16%	28,14%
60-69 anos	0	0	3	2	0	0	6	5	0	0	0	0	9	7	5,17%	4,19%
Total Geral	4	3	29	31	31	29	103	87	1	1	6	6	174	167	100,00%	100,00%

.Tabela 6 - * Inclui os Secretários de Gabinetes, Comandante Operacional, Carreiras não revistas

A maior parte dos trabalhadores, 32,93 %, possuem entre 30 e 39 anos. O intervalo etário dos 60 aos 69 anos representa 4,19% dos trabalhadores.

Total de Recursos Humanos:

Funções	01-01-2011	01-01-2012	01-01-2013	31-12-2013	Variação 2011-2013
Gerais	161	154	141	134	-16,77%
Educação	37	36	29	29	-21,62%
Total	198	190	170	163	-17,68%

.Tabela 7 - Fonte: Saldos Iniciais de Pessoal ao Serviço (2011, 2012, 2013 e 2014) não inclui os Secretários de Gabinetes, Comandante Operacional

Desde o janeiro de 2011 até dezembro de 2013, os recursos humanos ao serviço do Município apresentam as seguintes reduções:

- 17,68% do universo total de trabalhadores;
- 16,77% do pessoal afeto às funções gerais;
- 21,62% do pessoal afeto à educação.

Com vista a combater o excessivo desemprego, o Estado tem vindo a introduzir algumas medidas de emprego e inserção profissional, às quais o Município de Tábua tem vindo a recorrer. Por um lado o Município assume o seu importante papel social

na comunidade, proporcionando trabalho a pessoas em situação de desemprego e carência, e por outro lado permitem colmatar as necessidades de trabalhadores resultantes das restrições legais ao recrutamento de novos trabalhadores e ao aumento das transferências de competências da administração central, com principal enfoque às atividades no âmbito da educação.

Colaboradores no Município de Tábua, inseridos nas medidas de emprego inserção:

Media Emprego Inserção	01/01/2011	01/01/2012	01/01/2013	31/12/2013
Contrato Emprego Inserção	63	26	49	72
Contrato Emprego Inserção Património	0	0	0	20
Estágio Profissional	6	0	0	18
Total	69	26	49	110

.Tabela 8

Formação (2011-2013):

Consideramos a formação como fundamental para a evolução dos recursos humanos e consequente melhoria na produtividade e qualidade do trabalho.

Os dados constam do Balanço Social, que têm como referência o dia 31 de dezembro do respetivo ano.

Volume de formação por cargo/função (horas):

Cargo Ano	Direção Interm.	Técnico Superior	Assist. Técnico	Assist. Operac.	Inform.	Outros	Total
2011	735	764	314	0	35	444	2.292
2012	311	752	500	36	49	222	1.870
2013	111	414	266	81	28	141	1.041

. Tabela 9 - Fonte: Relatório de Atividades de Formação da Administração Pública (2011, 2012, 2013)

As restrições orçamentais, como não poderia deixar de ser, tiveram reflexos ao nível da formação. O volume de horas, a nível global tem vindo a baixar consideravelmente.

Investimento em formação:

2011	2012	2013	Variação 2011-2013
7.271,58 €	5.424,00 €	2.804,25 €	-61,44%

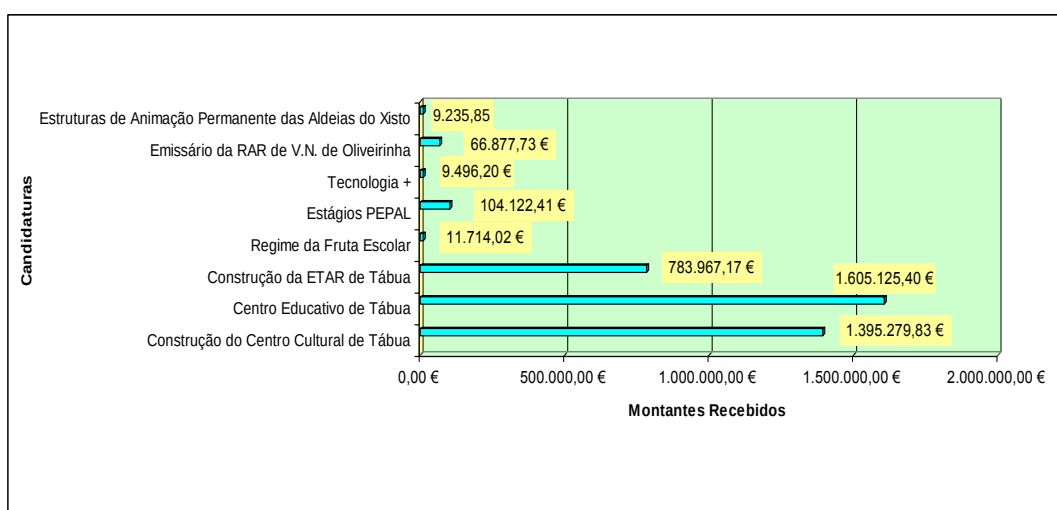
.Tabela 10 - Fonte: Relatório de Atividades de Formação da Administração Pública (2011, 2012, 2013)

Relativamente ao investimento com formação, este tem vindo a acompanhar as políticas de contenção orçamental, tendo sido reduzido em 61,44%, quando comparado o ano de 2011 com o ano de 2013.

4 - Análise do impacto do QREN 2007-2013

Receita recebida – Candidaturas aprovadas

No período de programação do Quadro Comunitário de Referência Estratégico (QREN) 2007-2013, o Município de Tábua obteve financiamento enquadrável nas seguintes áreas: **Educação** (“Centro Educativo de Tábua”, “Tecnologia +” e “Regime da Fruta Escolar”); **ambiente e saneamento básico** (“Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Tábua”, “Emissário da Rede de Águas Residuais de Vila Nova de Oliveirinha” e “Galeria Ripícola da Ribeira de Tábua”); **cultura e turismo** (“Construção do Centro Cultural de Tábua” e “Estruturas de Animação Permanente das Aldeias do Xisto”) e **recursos humanos** (2.^a, 3.^a e 4.^a edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local – PEPAL). Foi recebida uma receita total desde 2008, de 3.985.818,61€, conforme constante no gráfico 1:



.Gráfico 1 - Montantes globais recebidos (2008 a 2013) – Candidaturas QREN

Em 2013 foi recebido um montante total de 355.472,10€, relativamente às candidaturas elencadas na tabela 11:

Receita 2013	
Construção do Centro Cultural de Tábua	279.358,52€
Emissário da RAR de V.N. Oliveirinha	66.877,73€
Estruturas de Animação Permanente das Aldeias do Xisto	9.235,85€
TOTAL	355.472,10€

.Tabela 11 - Receita recebida em 2013 (QREN)

Cenário evolutivo

Para além das candidaturas aprovadas, no decurso do período de programação do QREN verificou-se uma aposta clara **na obtenção de recursos financeiros alternativos** visando financiar projetos municipais do domínio **ambiental, da requalificação dos caminhos agrícolas e da modernização administrativa**. Favoreceu-se também, a participação em projetos de índole supramunicipal (promovidos pela Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte - CIMPIN), em parceria com outros Municípios (Município de Arganil) e em parceria com entidades privadas sem fins lucrativos (promovidos pela ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto). Inserem-se assim, neste âmbito as operações das “Estruturas de Animação Permanente das Aldeias do Xisto” (“Caminhos do Xisto” e “Apoio para a Criação de Trilhos e Equipamento do Centro BTT”), “Preparação da Agenda 21 Local para a Região do Pinhal Interior Norte”, “A Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo” e o projeto de **“Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local” (na modalidade formação) que decorreu até 2013, tendo as ações de formação sido frequentadas por 103 formandos do Município de Tábua**. A não aprovação ou a aprovação sem dotação disponível de algumas das candidaturas submetidas a financiamento comunitário pelo Município ficou a dever-se mais à **falta de disponibilidade financeira dos Programas Operacionais**, do que propriamente à falta de mérito ou pertinência dos projetos propostos a financiamento.

Das tabelas 12 e 13 constam os projetos não aprovados e aprovados sem dotação financeira:

Candidaturas	Comparticipação estimada
ETAR's Compactas de Ázere	78.307,95 €
ETAR Compacta de Candosa	78.381,14 €
ETAR Compacta de Midões	77.262,45 €
ETAR Compacta de Vila do Mato	77.053,35 €
ETAR Compacta de Mouronho	35.651,55 €
ETAR Compacta de Covelo	39.990,38 €
ETAR Compacta de S. João da Boavista	51.327,68 €
Abastecimento de água – vertente em baixa – V. N. de Oliveirinha	96.098,94 €
Abastecimento de água – vertente em baixa – Covelo	65.750,76 €
AÇOR – Portal de Turismo (em parceria com o Município de Arganil)	202.768,87€
TOTAL	802.593,07€

.Tabela 12 - Candidaturas submetidas ao Programa Operacional Valorização Território (POVT) e ao Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC).

Candidaturas	Comparticipação estimada
Caminho agrícola – Alvoeira – Pousadoros	91.957,12€
Caminho agrícola – Areais – Vila Chã	82.724,18€
Caminho agrícola - Gravito – Carreiro	116.889,66€
Caminho agrícola – Sequeiras – Lameira Estrada Nova	45.550,24€
ETAR Compacta, área Industrial e Empresarial de Sinde/Tábua	78.307,95€
Balcão Único de Atendimento	355.363,38€
TOTAL	770.792,53 €

.Tabela 13 - Candidaturas aprovadas sem dotação financeira submetidas ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), POVT e ao POFC.

Foram recentemente aprovadas candidaturas submetidas em 2013 ao Programa Operacional do Centro (Mais Centro) e ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH), na modalidade formação-ação e respeitantes a investimentos a realizar na **Área de Acolhimento Empresarial e Industrial de Sinde/Tábua** e no campo da **eficiência e redução de custos** (Licenciamento Zero e Sistema da Indústria Responsável) e **da auditoria e do controlo de gestão** (reformulação da Norma de Controlo Interno). Foi ainda solicitada uma reprogramação da candidatura “Construção da ETAR de Tábua”, para inclusão de novas componentes, originando um acréscimo de comparticipação no valor de 121.819,04€, conforme descrito na tabela 14:

Candidaturas	Comparticipação estimada
Ampliação da Área de Acolhimento Empresarial e Industrial de Sinde/Tábua	1.126.589,72€
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	11.286,68€
Construção da ETAR de Tábua (só acréscimo)	121.819,04€
TOTAL	1.259.695,44€

.Tabela 14 - Candidaturas aprovadas/ reprogramadas (2013).

Com execução do Regime da Fruta Escolar (que possui um valor fixo/peça de fruta e para as medidas de acompanhamento) e das candidaturas ao POPH (PEPAL: 70% e formação – ação: 79,08%), a taxa de comparticipação das candidaturas representa um apoio financeiro de **85% do investimento elegível**. Os projetos de investimento foram apoiados pelos seguintes **fundos comunitários**: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC) e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEADER):

Perspetiva futura

Estima-se que para o ano de 2014 venha a ser recebido o montante de 1.535.759,34€ afeto às candidaturas do “Centro Educativo de Tábua”, “Tecnologia +”, “Regime da Fruta Escolar”, “Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Tábua” (inclui reprogramação), “Emissário da Rede de Águas Residuais de Vila Nova de Oliveirinha”, “Galeria Ripícola da Ribeira de Tábua” e “Construção do Centro Cultural de Tábua”, visto, algumas se encontrarem em condições de encerramento junto das

Autoridades de Gestão dos Programas Comunitários, refletiu-se de igual modo, os valores das candidaturas da “Ampliação da Área de Acolhimento Empresarial e Industrial de Sinde/Tábua” e da “Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local”, uma vez que, a sua realização encontra-se prevista para 2014. Afigura-se também, que o projeto de “Qualificação dos Profissionais da Administração Local (na modalidade de formação, candidatura de índole supramunicipal, promovida pela CIMPIN e reprogramada no âmbito da CIM da Região de Coimbra) venha a ter continuidade em 2014, pois, encontra-se já com decisão de aprovação, estando prevista a concretização de 55 cursos. Em fase de encerramento do atual QREN e ao abrigo do aviso condicionado do Mais Centro foram candidatados a financiamento projetos que pretendem proceder a uma requalificação da Vila de Tábua, pela promoção da **mobilidade urbana** e pela utilização de **modos suaves de transporte** (através da criação de uma ciclovía), como também, a construção de **estilos de vida saudáveis** (através da implementação de uma pista multifuncional com **piso desportivo, destinado à prática da marcha e corrida**), a designação das candidaturas submetidas constam da tabela 15:

Candidaturas	Comparticipação estimada
Requalificação da Vila de Tábua – Um projeto para a mobilidade urbana	698.146,32€
Compromisso ativo (pista multifuncional)	182.587,65€
Rua da Indústria – Um projeto para a mobilidade urbana sustentável	256.633,89€
TOTAL	1.137.367,86€

.Tabela 15 - Candidaturas submetidas ao aviso condicionado do Mais Centro.

No próximo **Quadro Comunitário de Apoio** (QEC – Quadro Estratégico Comum), a vigorar entre **2014 a 2020** foram definidos como prioritários os investimentos realizados em: inovação; educação; sociedade digital; ambiente; energias renováveis; mercado do trabalho; qualificações; luta contra pobreza, bem como, serão privilegiadas as candidaturas de índole supramunicipal. Nesse sentido e em **alinhamento com as prioridades estratégicas** constantes quer da **Estratégia 2020**, quer do **Portugal 2020** constituem **iniciativas estruturantes** para o próximo quadro comunitário, investimentos a realizar: na eficiência energética promovendo a

utilização de sistemas de energia renováveis nos equipamentos públicos; na aquisição/recuperação de habitações tradicionais; na valorização e promoção do património natural; na instalação de uma plataforma logística resumida; na criação de uma estrutura de apoio ao investimento com a missão de angariar e acompanhar investidores externos; na potenciação de mecanismos para a redução do desemprego juvenil (em parceria com outros organismos públicos) e na organização dos serviços administrativos do Município, disponibilizando informação centrada nas necessidades dos munícipes.

Saneamento Financeiro e PAEL

Dada a importância destes assuntos e exigência legal a análise e relatório do Saneamento Financeiro e PAEL será efetuada em documento específico e constará em anexo à prestação de contas.

5 - Síntese das Atividades Municipais

Num cenário crise e fortes restrições orçamentais evidenciam-se os muitos trabalhos e obras efetuadas por administração direta, ao nível da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Recreio, Saneamento e Salubridade, Ordenamento do Território, Vias de comunicação e Indústria.

Foram várias as obras efetuadas nas diversas Freguesias do concelho.

A Autarquia adota um sistema de contabilidade de custos que permite obter, com um rigor adequado, a valorização do património executado por administração direta. De seguida discriminam-se algumas das obras que tiveram custos ou se concluíram em 2013.

Freguesia de Ázere

Reparação e manutenção nas áreas da educação (jardim de infância), saneamento e rede viária (arranjo de calçada, pavimentação e sinalização).

Freguesia de Candosa

Reparação e manutenção nas áreas da educação (jardim de infância e escola primária), saneamento (ETAR e poços de bombagem), Desporto (sala gimnodesportiva) e rede viária (muros, calçadas, passeios e pavimentação).

Freguesia da Carapinha

Reparação e manutenção de saneamento e rede viária (calçadas e pavimentação).

Freguesia de Covas

Reparação e manutenção nas áreas da educação (jardim de infância), saneamento (ETAR, águas pluviais e poço de bombagem), abastecimento de água e rede viária (muros, arranjos de passeios e pavimentação).

Freguesia o Covelo

Reparação e manutenção nas áreas da educação (escola primária), saneamento e rede viária (muros, passeios e pavimentação).

Freguesia de Espariz

Reparação e manutenção nas áreas da educação (jardim de infância e escola primária), saneamento (Casal do Espírito Santo e outros), abastecimento de água e rede viária (calçadas, passeios e pavimentação).

Freguesia de Meda de Mouros

Reparação e manutenção nas áreas de proteção civil e luta contra incêndios (limpeza de caminhos), na educação (jardim de infância e escola primária) e rede viária (pavimentação).

Freguesia de Midões

Reparação e manutenção nas áreas de proteção civil e luta contra incêndios (limpeza de caminhos), na educação (jardim de infância), saneamento (águas pluviais, saneamento de Santo Amaro, ETAR Vasco, ETAR Touriz, ETAR Vila do Mato e poços de bombagem), abastecimento de água (fontanário esporão), desporto (sala gimnodesportiva) e rede viária (muros, calçadas, pavimentação e sinalização).

Freguesia de Mouronho

Reparação e manutenção nas áreas de proteção civil e luta contra incêndios (limpeza de caminhos), educação (jardim de infância e escola primária), saneamento (Venda da Serra e outros) e rede viária (calçadas, muros, passeios e sinalização).

Freguesia de Pinheiro de Coja

Reparação e manutenção nas áreas de proteção civil e luta contra incêndios (limpeza de caminhos), educação (jardim de infância e escola primária), saneamento (RAR e ETAR de Pinheiro de Coja) e rede viária (pavimentação e sinalização).

Freguesia da Póvoa de Midões

Reparação e manutenção nas áreas de proteção civil e luta contra incêndios (limpeza de caminhos), educação (jardim de infância), saneamento (ETAR da Póvoa de Midões e poço de bombagem) e rede viária (pavimentação e sinalização).

Freguesia de São João da Boavista

Reparação e manutenção nas áreas da educação (escola primária), saneamento (ETAR de São João da Boavista) e rede viária (pavimentação e muros).

Freguesia de Sinde

Reparação e manutenção nas áreas da educação (jardim de infância), saneamento (ETAR de Sinde), desenvolvimento social (parque de merendas de Sinde) e rede viária (passeios, pavimentação e sinalização).

Freguesia de Tábua

Reparação e manutenção nas áreas da educação (jardim de infância, escola primária e secundária e centro educativo), saneamento (Fundo de Vila, Rua da Indústria, S. Fagundo, Av. da Ribeira, Av. de Lisboa, Águas Pluviais, ETAR de S. Simão, ETAR do Arinte, ETAR de Tábua e poços de bombagem), abastecimento de água (fontanários), desporto, recreio e lazer (piscinas, estádio municipal, parque infantil, construção do **centro de corrida e marcha**), mercados e feiras (mercado municipal) e rede viária (pavimentação, calçadas, passeios, rotundas e sinalização) e desenvolvimento social (pavilhão multiusos).

Freguesia de Vila Nova de Oliveirinha

Reparação e manutenção de saneamento, abastecimento de água e rede viária (muros, calçadas e pavimentação). Concluíram-se as Rede de Drenagem de Águas Residuais de Casal do Espírito Santo-Espariz, Rede de Águas Residuais de Vila Nova

de Oliveirinha-emissário. Realizaram-se diversas intervenções ao nível das pavimentações das quais se salientam as executadas nas freguesias de, Pinheiro de Coja, São João da Boa Vista e Candosa.

Refere-se ainda a instalação do Centro de BTT na antiga Escola Primária de Várzea de Candosa.

Para o pleno e adequado funcionamento do Centro Cultural de Tábua procedeu-se à instalação do sistema cénico no referido Equipamento concelhio.

CULTURA

Na Biblioteca teve lugar a apresentação pública do projeto SOBE – saúde oral nas bibliotecas escolares, resultado de um protocolo entre a Direção-Geral da Saúde, o Plano Nacional de Leitura e a Rede de Bibliotecas Escolares.

As Oficinas de Teatro, da Biblioteca Pública Municipal João Brandão, sob a encenação de Ana Morais, apresentaram os espetáculos “O Julgamento do Chocolate”, “O príncipezinho no século XXI”.

Festejaram-se também os dias mundiais da poesia e do teatro com o espetáculo “O príncipe sapo”, dinamizado pelas oficinas de teatro da biblioteca, e com a participação do escritor e poeta José Fanha.

Destinado aos alunos do 3º, 4º e 5ºs anos de escolaridade, teve lugar, no Centro Cultural, uma “leitura encenada” sobre o tema “25 de Abril”.

Estiveram patentes na Biblioteca as exposições / instalações: “Coração de Leituras”, “Scriptorium”, exposição biográfica da escritora tabuense Sarah Beirão.

Estiveram na Biblioteca os escritores José António Franco, a escritora Catarina Sobral (prémio Melhor Livro Infantil e Juvenil 2013), Eugénio Henriques Tio (“Relatos de uma vida em 3 tempos”), Nuno Camarneiro, (vencedor do prémio Leya 2012), Amadeu Diniz da Fonseca (Ousadias) e Fernando Pais (“Tábua setecentista”).

A Associação Artística Andante presenteou o público tabuense em 2 ocasiões: na comemoração do Dia Mundial do Livro Infantil com o espetáculo “Afinal o caracol”, para os jardins de infância e na comemoração do Dia Mundial do Livro com o espetáculo, “À volta da língua”, apresentado no Centro Cultural de Tábua.

A companhia de teatro profissional Atrapalharte, de Coimbra apresentou o espetáculo “As (Des)aventuras de Serafim e Malacueco”, no Centro Cultural de Tábua.

A biblioteca organizou este ano, pela primeira vez, mas com bastante sucesso, a fase distrital do Concurso Nacional de Leitura, evento promovido pela Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas e pelo Plano Nacional de Leitura, onde participaram 111 alunos de todo o distrito de Coimbra. Esta fase do Concurso foi ganha pela aluna do Agrupamento de Escolas de Tábua, Inês Pinto.

Realizaram-se as sessões do Curso “A arte de ser pai”, moderadas pelo escritor e poeta José Fanha e que trouxeram a Tábua conceituados especialistas na área: o psicólogo, Dr. Eduardo Sá, a nutricionista Dra. Lurdes Veigas, a séxologa Dra. Marta Crawford e o juiz jubilado Dr. Laborinho Lúcio.

O Coro Polifónico Municipal manteve a atividade com diversas atuações apresentando-se, a convite de outros Coros, em diversos locais do País.

No Feriado Municipal (10 de abril), realizou-se a inauguração do Centro Cultural de Tábua, com a presença do Senhor Secretário de Estado, Dr. Marco António Costa. Foram homenageados 14 Tabuenses, a quem foram atribuídas as seguintes distinções honoríficas: **medalha de honra** – Eng.º António Manuel Barata Portugal; **medalha de mérito cívico** – Senhor Vasco Augusto Rodrigues Figueiredo; Capitão Joaquim Ferreira Marques; Senhor Amílcar Castanheira Luís; Senhor António Alves dos Santos; **medalha de mérito profissional** – Senhor Fernando Tavares Pereira; Senhor António José da Silva Correia; Senhor Carlos Ribeiro Aquino; Senhor Francisco Manuel Pereira Batista; Dr. Rui António Cunha Graça; Dr. António Saúde Sequeira; **medalha de mérito desportivo** – Senhor Jorge Alexandre Soledade Marques e **medalha de valor e altruísmo** – Senhor Henrique Nunes Esteves e Senhor Antenor Marques Melo. À noite o Coro Polifónico Municipal de Tábua e a Orquestra Tutti Ensemble, presentearam todos os Tabuenses com um concerto.

Após a inauguração do Centro Cultural de Tábua houve uma constante atividade cultural que resumimos no seguinte mapa:



ANO 2013								
Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Cinema	Cinema	Cinema	Cinema	Cinema	Cinema	Cinema	Cinema	Cinema
Concerto de Inauguração do Coro Polifónico de Tábua e Orquestra Tutti Ensemble	Concerto Solidário a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro	"As (Des)aventuras de Serafim e Malacueco"	II Encontros Cidadania e Responsabilidade Sócio-Ambiental		Noite de Fados Espetáculo a favor do centro paroquial de Tábua	Amália Sempre (associação Vox Angelis)	Teatro Mãos de Eurídice	O Principe Sapo (JI e pré-escolar)
Leitura encenada sobre o tema "25 de Abril" (1º e 2ºs ciclos)	"Arte de ser Pai" (Dra. Marta Crawford)	Concurso Concelhio de Leitura Tábua a Ler+	"Arte de ser Pai" (Dr Eduardo Sá)			Cantar Poetas (Fado ao Centro)		Abertura Academia Sénior
"À volta da língua", na comemoração do Dia Mundial do Livro		Audição de Finalista (1º ciclo)	Audição Academia Artística do Município de Tábua			Musical Contracant o 2 sessões		
Final Distrital do Concurso de Leitura		Teatro O principezinho no século XXI	Academia de Ballet			Banda Filarmónica S. João de Areias		
Teatro "Tal mãe, tal Filho" Peceladart		"Arte de ser Pai" (Dr Laborinho Lúcio)						
		Teatro: "Auto da Barca das reparações"						

Educação

Realizaram-se a 4ª Audição da Páscoa e a Audição de Finalistas, atividades inseridas no Plano de Atividades das Atividades de Enriquecimento Curricular do Agrupamento de Escolas de Tábua e tem como principal objetivo mostrar à comunidade escolar o resultado do trabalho no âmbito do Ensino da Música

Manteve-se igualmente, o fornecimento das refeições, no Centro Escolar e Jardins de Infância. A empresa que ganhou o concurso para o fornecimento das refeições foi a Gertal, Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A..

Os alunos, divididos por duas sessões, assistiram à apresentação da peça “O Príncipe Sapo”, baseado no original dos irmãos Grimm, promoveram-se duas sessões de Cinema, para os alunos do 1º ciclo do concelho, com a apresentação do filme Zhuma, no Centro Cultural de Tábua.

Transportes Escolares

Mantivemos os circuitos criados no ano letivo anterior, operados pela TRANSDEV, e que fazem o transporte dos alunos dentro de todas as normas de segurança e ainda o transporte extraordinário dos alunos do 4º e 6º anos, para as aulas de apoio e exames, do 9º ano, para os exames e dos Cursos profissionais e CEF, para reposição de aulas, tanto para a escola de Midões como para as Escolas de Tábua, no que corresponde a mais um mês de transportes escolares com 6 circuitos diários.

Ação Social

Na Loja Social “Espaço Casa e Família” foi entregue, pelo Centro Escolar de Tábua, no âmbito da campanha “Um Livro por um Alimento”, cerca de 300 produtos alimentares, angariados pelos alunos do referido Centro Escolar. No fim de semana de 27 e 28 de abril e no de 16 e 17 de novembro de 2013 foi efetuada uma Campanha de Recolha de Produtos e Bens Alimentares.

A Festa das Famílias, no dia 07/07/2013, proporcionou também oportunidade de procedermos à Recolha de Produtos Alimentares e o Município adquiriu géneros alimentares em falta na Loja Social “Espaço Casa e Família”. Realizou-se uma Feira Social, de 25 a 29 de novembro de 2013, com o objetivo de trocar roupa nova por bens alimentares. Estas roupas foram oferecidas pelas firmas Picadilly e CBI.

Procedeu-se à assinatura do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) e a Câmara Municipal de Tábua, no dia 20 de fevereiro, com a presença da Dra. Elisa Borges da Comissão Nacional para a Promoção do Voluntariado.

Preparação de *Sessões de Formação em Contexto Escolar*, dirigidas às pessoas que vão integrar os CEIS's nas Escolas e Jardins de Infância do Concelho, com o objetivo de facilitar a sua integração e dotar de algumas competências necessárias ao seu desempenho de funções em contexto escolar.

Destaca-se a integração de dois Psicólogos, em Estágio Emprego, no Gabinete de Ação Social, que desenvolvem funções ao nível da Ação Social do Município, na CPCJ de Tábua e no Agrupamento de Escolas de Tábua.

Dez crianças/jovens em acompanhamento pela CPCJ de Tábua, com idades entre os 6 e os 12 anos de idade, frequentaram a Colónia de Férias “O Século”, no Estoril.

A Academia Sénior de Tábua teve a sua Abertura Solene, no dia 14/12/2013, e desde esse dia mantém uma atividade regular.

Os técnicos do setor participaram no Seminário Temático “Trabalho nas CPCJ – Arte ou Ciência?”, na Pampilhosa da Serra, no Encontro de Trabalho “Ciência e Investigação nos Caminhos da Promoção e Proteção dos Direitos da Criança” em Lisboa, na Sessão de Trabalho Conjunta com a CPCJ’s do Distrito de Coimbra, em Mira, na ação de formação em Educação Parental - Programa “ Mais Família Mais Jovem” para 20 técnicos do Concelho de Tábua, e no Encontro temático da CPCJ da Sertã – “Formas e Contextos: Prevenção “.

Turismo

Em colaboração com a Agencia para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, realizou-se a XXIV Feira do Queijo, dos Enchidos e do Mel em simultâneo com a IV Mostra de Gastronomia e Artesanato das Freguesias, no Pavilhão Multiusos de Tábua.

O Município de Tábua esteve presente na BTL 2013, no Espaço Beira Serra, numa participação conjunta dos 4 municípios que integram a ADIBER.

Empreendedorismo

No âmbito do “Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo”, projeto liderado pela CIMPIN realizou-se a II Semana do Empreendedorismo, com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Tábua e da Escola Profissional EPTOLIVA. No âmbito desta iniciativa ocorreu o II Concurso de Ideias Municipal que foi ganho pelas alunas do Agrupamento de Escolas de Tábua, Cármen Figueira e Jéssica Sousa. Estas alunas representaram o Município, no Concurso Intermunicipal, realizado em Figueiró dos Vinhos, tendo ganho essa edição.

Desporto e Juventude

Protocolos de fomento desportivo

No dia 7 de fevereiro, esta Câmara Municipal assinou Protocolos de Fomento Desportivo, entre a autarquia e as Associações Desportivas do Concelho, nomeadamente: a Academia Portuguesa de Kenpo e Artes de Combate – APD, o Grupo Desportivo Tourizense, o Grupo Desportivo Tabuense, a Associação Recreativa e Cultural de Espariz, o Clube Caça e Pesca de Tábua, a Comissão de Melhoramentos de Percelada, o Grupo Desportivo Vasco da Gama, o MK MAKINAS – Associação de Desportos, o Agrupamento de Escuteiros 972 – Midões e a Tábua XXI – Associação Juvenil.

Estes protocolos têm por objeto, o incentivo e a cooperação financeira entre o Município e as Associações, no âmbito específico de apoio destinado à aplicação da Medida 1 – Apoio à Formação de Camadas Jovens, Medida 2 – Apoio à Promoção de Atuações Desportivas, Medida 3 – Apoio à Organização de Atividades, Medida 4 – Apoio à Atividade Competitiva Internacional e Deslocações ao Estrangeiro e Medida 5 – Apoio à Construção e Manutenção de Instalações Desportivas, no montante global de 135.393,95 €.

Iniciativas / Modalidades desportivas

No dia 3 de fevereiro realizou-se no Estádio Municipal de Tábua, o I Corta-Mato do Concelho de Tábua, com o apoio da Associação Distrital de **Atletismo** de Coimbra. No âmbito desta modalidade, o Pavilhão Multiusos de Tábua recebeu a 5.^a edição do "Torneio de Atletismo", inserido no projeto das Atividades de Enriquecimento Curricular, no campo de ação da Atividade Física e Desportiva.

A 11 de fevereiro foi inaugurado o piso desportivo do Pavilhão Multiusos, tendo sido assinado um protocolo de fomento para a prática de **Basquetebol** no nosso concelho, envolvendo o Município de Tábua, Federação Portuguesa de Basquetebol e Associação de Basquetebol de Coimbra. Esta infraestrutura acolheu inúmeros eventos desportivos da modalidade, tais como, a final da Taça de Portugal em Basquetebol Feminino, o Torneio Triangular de Basquetebol sub-14 e a Final do Campeonato Nacional de Basquetebol – CNB 1.

No dia 14 de fevereiro, iniciou-se o projeto de Gira Volei (**Voleibol** por duplas), que decorreu no Pavilhão Multiusos, abrangendo atletas de ambos os géneros, a partir

dos 8 anos de idade. Os Centros Gira Volei de Midões e Tábua promoveram atividades, tais como, estágios, campos de férias e o 1 Torneio Municipal de Gira Volei e Gira +.

A 7 de abril realizou-se no Estádio Municipal de Tábua a 4.º Prova do Torneio Inter-Regional de primavera de **Rugby** sub-14, numa organização conjunta do Município de Tábua, Comité Regional de Rugby do Centro e Associação de Rugby do Norte.

Nos dias 6 e 7 de maio, no período da manhã, os Jardins de Infância do concelho participaram no **Percurso na Natureza da Expressão Motora**, que decorreu na freguesia de Mouronho.

Inserido no projeto das Atividades de Enriquecimento Curricular, no âmbito da Atividade Física e Desportiva e a Expressão-Motora realizou-se, no dia 12 de junho, no Pavilhão Multiusos de Tábua, o **III Sarau Desportivo 2013**.

As **IV Férias Desportivas Municipais 2013** realizaram-se na semana de 8 a 12 de julho com a participação de 30 crianças.

No dia 13 de julho, foi realizada a **1ª Gala do Desporto de Tábua 2013**, tendo-se assumido como a grande festa do Desporto Municipal e de todas as Associações e Clubes Desportivos, que decorreu, no Pavilhão Multiusos.

Aos domingos, entre os dias 11 de julho e 1 de setembro, realizaram-se as **Manhãs Ativas 2013**, na Praça Prof. Dr. António Castanheira Neves, entre as 9h30m e as 10h30m com as aulas de boot camp, circuit training, step, ginástica localizada, aeróbica, body sculp stretching e zumba, com uma média de 20 participantes por atividade.

O Pavilhão Multiusos acolheu nos dias 17 e 18 de agosto o **Tábua Futsal Summer Cup**, torneio de futsal que contou com a participação de 3 equipas da primeira divisão, Boavista Futebol Clube, Rio Ave Futebol Clube, Sporting Clube de Portugal, e uma equipa da segunda divisão, Viseu 2001.

No âmbito das **Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo** tiveram início no dia 14 de setembro as sessões de Atividade Física e Desportiva realizadas em quatro instalações desportivas municipais, assim como, iniciaram no dia 6 de outubro as aulas de aulas de Expressão-Motora da **Atividade Curricular do Ensino Pré-Escolar**.

A 30 de setembro tiveram início os treinos de **Ténis de Mesa**, projeto implementado em conjunto com o Grupo Desportivo Tabuense, que nesta época desportiva, levou a cabo um circuito concelhio, que integrou 5 torneios.

O projeto “**Movimento Sénior**”, que tem como principal objetivo proporcionar aos idosos a prática de atividade física, reiniciou a sua atividade em 30 de setembro, abrangendo sete IPSS do concelho, com a participação de 215 séniores. No dia 28 de outubro a vertente “**Onda Sénior**”, do projeto “Movimento Sénior”, reiniciou as suas sessões de exercícios aquáticos na piscina coberta.

Piscinas Municipais de Tábua

A Escola Municipal de **Natação** de Tábua esteve presente em representação do Município, em diversos festivais de natação, a saber: 4.^a Jornada, realizada nas Piscinas Municipais de Castro Daire, no dia 12 de janeiro de 2013; Torneio Afonso Saldanha, nas Piscinas Municipais de Lamego, no dia 2 de fevereiro de 2013; 17.º Torneio Professor Afonso Saldanha realizado nas Piscinas Municipais de Aguiar da Beira, no dia 2 de março; 7.^a jornada do Circuito Municipal de Escolas de Natação realizou-se no dia 13 de abril nas Piscinas Municipais de Moimenta da Beira; Festival de Encerramento do Circuito Municipal de Escolas de Natação da Beira - época 2012/2013, realizado no dia 22 de junho nas Piscinas Municipais de Nelas; 1.^a concentração do Circuito Municipal de Escolas de Natação da época 2013/2014, no passado dia 3 de novembro, nas Piscinas Municipais Cobertas de Mangualde; 2.^a jornada do Circuito Municipal de Escolas de Natação, realizado nas Piscinas Municipais de Vouzela, no dia 23 de novembro.

As Piscinas Municipais de Tábua e a Escola Municipal de Natação de Tábua celebraram o seu XVI aniversário, tendo organizado o I Festival de Inverno da época 2012/ 2013, a comemoração do "Dia Mundial da Atividade Física", o X Festival de Natação dos Concelhos Vizinhos, no dia 6 de abril e o XVI Festival de Encerramento da Escola Municipal de Natação de Tábua, no dia 21 junho.

As Piscinas Exteriores época balnear 2013 iniciaram o funcionamento no dia 6 de julho e permaneceram abertas ao público, de terça-feira a domingo com encerramento semanal à segunda-feira, em regime de Natação Livre até ao dia 8 de setembro. O período compreendido entre o dia 6 de julho e o dia 31 de agosto verificou um total de 5.500 utilizadores.

O Município iniciou o funcionamento da Piscina Municipal Coberta - época desportiva 2013/2014, através da sua Escola Municipal de Natação de Tábua, no dia 26 de setembro, tendo com 9 turmas (crianças dos 4 aos 12 anos, jovens dos 13 aos 17 anos e adultos) com um total de 155 alunos inscritos, bem como a oferta ao público da modalidade de Natação Livre e pela primeira vez a modalidade de Natação para Bebés, constituída por duas classes: Turma dos 2 anos e Turma dos 3 anos. No dia 7 de novembro, a Escola Municipal de Natação abriu mais uma turma da classe de adultos da modalidade Aquamix, a Aquamix 2.

Ginásio Municipal de Tábua

A 14 de outubro foi inaugurado o Ginásio Municipal de Tábua e tem vindo a possibilitar aos munícipes a prática de cardiofitness e musculação, aulas de grupo nas modalidades de Step e Zumba, disponibilizando serviços com o Power Plate e Sauna.

Centro Municipal de Marcha e Corrida

A 8 de dezembro foi inaugurado o Centro Municipal de Marcha e Corrida de Tábua, que contou com a presença dos membros do executivo municipal, da atleta Albertina Dias (Campeã do Mundo de Corta Mato - 1993), de um representante do Programa Nacional de Marcha e Corrida e do Diretor Regional do Instituto Português do Desporto e Juventude.

Juventude

No dia 25 de janeiro de 2013, decorreu a primeira reunião do Plenário do Conselho Municipal da Juventude, onde foi analisado e aprovado o Regimento deste órgão consultivo e o representante jovem para o Conselho Municipal de Educação. Ao longo do ano decorreram reuniões onde se traçaram as linhas orientadoras de ação das políticas de juventude concelhia, tendo sido concretizadas inúmeras iniciativas, tais como o concurso de logotipo do CMJT, ações de orientação vocacional e profissional, ações de divulgação dos programas da juventude, mostra associativa, cidadania empreendedora, comemoração do dia internacional da juventude e a inauguração do Espaço Municipal Jovem.

Serviço de Recolha Animal de Tábua

O Município de Tábua implementou meios técnicos para proceder à recolha dos animais que se encontram na condição de vadios ou errantes. De salientar que, no dia 23 de maio de 2013, foi celebrado com o Município de Arganil, o Protocolo de Alojamento e Occisão de Animais Errantes, no âmbito da recolha e transporte de animais para o Cento Municipal de Recolha Animal de Arganil (CMRAA), aprovado em reunião do Executivo.

Cedência de Edifícios Municipais – Antigas Escolas Primárias

A Câmara Municipal deliberou ceder gratuitamente, através de protocolo, para fins de interesse público, algumas das antigas Escolas Primárias a várias Instituições seguidamente referidas, para que as mesmas possam efetuar as suas atividades: - Comissão de Melhoramentos de Vila Nova de Oliveirinha Escola Primaria Sebastião Horta e Costa. - Comissão de Melhoramentos de Touriz — Escola de Touriz - destinada a acolher os Idosos de Touriz, Ribeira, Cadoiço, Santo Amaro e Esporão. - Comissão de Melhoramentos de Percelada — Escola de Percelada — destinada à instalação do Grupo de Teatro de Percelad' Arte — Associação Juvenil Junta de Freguesia de Covelo — Escola Primária do Covelo - Irmandade da Nossa Senhora do Loreto — Escola Primária nº 3.

6 - Análise Orçamental

6.1- Orçamento da Receita e da Despesa – Modificações

Assim, em conformidade com o previsto no POCAL, sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, podem ser realizadas modificações ao orçamento, as quais se consubstanciam em alterações ou revisões orçamentais. As alterações são um procedimento de “gestão corrente” utilizado para dotar rubricas (classificações) orçamentais insuficientemente dotadas. Este procedimento carece apenas da aprovação do Órgão Executivo, podendo ser esta competência delegada no Presidente. Já as revisões, um procedimento mais complexo, usado para introduzir classificações orçamentais com vista à realização de despesas não previstas, para introdução do saldo orçamental, introdução do excesso de cobranças em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento ou para a introdução de receitas que

as autarquias locais estejam autorizadas a arrecadar. Este procedimento orçamental carece de aprovação do Órgão Deliberativo.

Assinala-se a reforço relativo à incorporação do Saldo de Gerência Anterior, em sede de tesouraria e referente à conta orçamental, após a aprovação da prestação de contas referente ao exercício de 2012, no valor de 13.437,47 Euros.

6.2- Execução e evolução da Receita

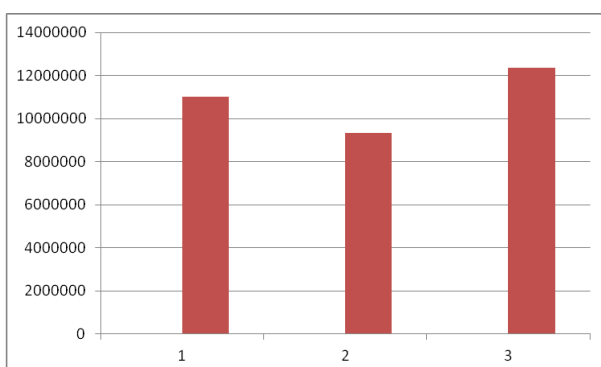
Constituem Receitas Municipais as consagradas no artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais). Nunca será demais relembrar que de acordo com o princípio da não consignação, previsto na alínea g) do ponto 3.1.1. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), o produto de quaisquer receitas não se destina a “solver” determinada despesa, à exceção de determinados casos previstos na lei.

Evolução da Receita

	2011	%	2012	%	2013	%
Receita Corrente	6.156.824,61	55,83%	6.368.570,78	68,32%	6.646.041,94	53,79%
Receita de Capital	4.850.506,31	43,98%	2.835.247,52	30,41%	5.684.979,69	46,02%
Outras Receitas	21.370,91	0,19%	118.591,77	1,27%	23.370,85	0,19%
	11.028.701,83	100,00%	9.322.410,07	100,00%	12.354.392,48	100,00%

Tabela 16

A receita total arrecadada aumentou de forma substancial em 2013 devido, principalmente à execução do Saneamento Financeiro e PAEL. De um valor absoluto de 9.322.410,07 € em 2012, atingiu-se um valor de 12.354.392,48 € em 2013 como demonstra o gráfico 2.



.Gráfico 2 - Evolução da Receita

As receitas correntes, pela sua natureza, desempenham um papel consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia. Dentro destas, os Impostos Diretos são responsáveis pela arrecadação de 10,47 % do total da receita, salientando-se também as Transferências (correntes e de capital) que representam no seu conjunto cerca de 50,69% na estrutura da receita.

Evolução da Estrutura da Receita

Receita	2011	PESO	2012	PESO	Variação 11/12	2013	PESO	Variação 12/13
Impostos Diretos	934.600,52	8,47%	958.772,50	10,28%	2,59%	1.293.146,53	10,47%	34,88%
Impostos Indiretos	112.904,62	1,02%	75.943,33	0,81%	-32,74%	64.482,85	0,52%	-15,09%
Taxas, Multas O.Penalidades	233.030,70	2,11%	590.593,75	6,34%	153,44%	466.702,39	3,78%	-20,98%
Rendimentos de Propriedade	413.888,56	3,75%	366.598,92	3,93%	-11,43%	381.967,92	3,09%	4,19%
Transferências Correntes	4.350.557,78	39,45%	4.181.002,06	44,85%	-3,90%	4.187.742,33	33,90%	0,16%
Venda Bens e Serviços	65.253,14	0,59%	78.375,55	0,84%	20,11%	162.805,52	1,32%	107,72%
Outras Receitas Correntes	46.589,29	0,42%	117.284,67	1,26%	151,74%	89.194,40	0,72%	-23,95%
Total Receita Corrente	6.156.824,61	55,83%	6.368.570,78	68,31%	3,44%	6.646.026,98	53,79%	4,36%
Venda Bens Investimento	77.940,00	0,71%	1.275,51	0,01%	-98,36%	0	0,00%	-100,00%
Transferências Capital	3.994.824,29	36,22%	2.797.002,03	30,00%	-29,98%	2.074.665,25	16,79%	-25,83%
Passivos Financeiros	777.742,02	7,05%	36.969,98	0,40%	-95,25%	3.601.107,76	29,15%	9640,63%
Outras Receitas de Capital	0	0,00%	0	0,00%		9.206,68	0,07%	
Total Receita Capital	4.850.506,31	43,98%	2.835.247,52	30,41%	-41,55%	5.684.979,69	46,02%	100,51%
Reposições não abatidas nos pagamentos	360,63	0,01%	779,18	0,01%	116,06%	9933,38	0,08%	1174,85%
Saldo da gerência anterior	21.010,28	0,19%	117.812,59	1,26%	460,74%	13.437,47	0,11%	-88,59%
Outras receitas	21.370,91	0,19%	118.591,77	1,27%	454,92%	23.370,85	0,19%	-80,29%
TOTAL	11.028.701,83	100,00%	9.322.410,07	100,00%	-15,47%	12.354.392,48	100,00%	32,52%

.Tabela 17

O quadro apresenta a evolução da estrutura da receita no último triénio. Da análise da receita corrente, salienta-se o comportamento positivo, acréscimo, nos impostos diretos, cerca de 35 %.

A venda de bens e serviços, onde se inclui a bilheteira do cinema, bilheteira da Facit, receita do Ginásio e Piscinas, depósitos noturnos da biblioteca, entre outros, registou um acréscimo de cerca de 108 %.

Releva-se o decréscimo na cobrança Impostos Indiretos, em cerca de 15 %.

Receitas próprias

Dentro das receitas, é importante analisar as receitas próprias. Estas receitas, são aquelas que o Município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicada, recorrendo a meios próprios e sem influências externas.

Receitas Próprias	2011	2012	2013
01 Impostos Diretos	934.600,52	958.772,50	1.293.146,53
02 Impostos Indiretos	112.904,62	75.943,33	64.482,85
04 Taxas, Multas e O. Penalid.	233.030,70	590.593,75	466.702,39
05 Rendi. Propriedade	413.888,56	366.598,92	381.967,92
07 Venda Bens e serviços	65.253,14	78.375,55	162.805,52
08 O. Receitas Correntes	46.589,29	117.284,67	89.194,40
09 Venda Bens Investimento	77.940,00	1.275,51	0
11 Ativos Financeiros	0	0	0
13 O. Receitas Capital	0	0	9.206,68
	1.884.206,83	2.188.844,23	2.467.506,29

.Tabela 18

No que a estas receitas diz respeito, elas têm aumentado. Este aumento deve-se fundamentalmente ao crescimento do peso dos impostos diretos. Na rubrica Outras receitas de capital registou-se o valor de 9.206,68 € referente à reposição de pavimentos, proveniente da entidade Águas do Planalto, SA.

Receita Proveniente de Candidaturas

Este assunto está devidamente explanado e desenvolvido em ponto anterior.

6.3 - Execução e evolução da Despesa

O Orçamento Inicial da Despesa para 2013 foi aprovado com um valor total de 14.326.500,00 €, dos quais 8.821.867,00 € diziam respeito ao montante de despesas correntes previstas e 5.504.633,00 € respeitavam às despesas de capital estimadas.

DESPESA PAGA	2011	%	2012	%	2013	%
Despesas com Pessoal	3.694.793,61	33,86%	3.092.803,25	33,22%	3.278.421,29	26,65%
Aquisição de Bens e Serviços (Assembleia + Câmara e Serviços Municipais)	1.868.446,77	17,13%	1.996.798,10	21,45%	3.361.087,11	27,32%
Juros e Outros Encargos	114.452,73	1,05%	142.711,77	1,53%	157.390,41	1,28%
Transferências Correntes	956.848,30	8,77%	685.490,56	7,36%	931.275,51	7,57%
Subsídios	0	0,00%	0	0,00%	1.200,00	0,01%
Outras Despesas Correntes	79.396,76	0,73%	77.774,73	0,84%	59.776,86	0,49%
Aquisição de Bens de Capital	3.540.522,73	32,45%	2.593.180,29	27,86%	2.899.690,65	23,57%
Transferências de Capital	66.000,00	0,60%	80.000,00	0,86%	132.202,94	1,08%
Ativos Financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Passivos Financeiros	590.428,34	5,41%	640.213,90	6,88%	1.480.409,10	12,03%
	10.910.889,24	100,00%	9.308.972,60	100,00%	12.301.453,87	100,00%

.Tabela 19

A despesa paga em 2013 ascendeu a 12.301.453,87 €, apresentando um acréscimo, em valores absolutos, comparativamente ao ano transato, de 2.992.481,27 €.

A despesa com maior peso relativo é a da Aquisição de Bens e Serviços com um valor de 3.361.087,11 € ao que corresponde uma percentagem de 27,32%.

As Despesas com Pessoal representam cerca de 26,65 %, o que corresponde ao valor pago de 3.278.421,29 €. É de salientar que o peso relativo desta rubrica nas despesas totais, no último triénio, tem vindo a diminuir. Verifica-se no entanto um acréscimo no valor absoluto em relação a 2012.

Este aumento deve-se essencialmente ao aumento das contribuições da entidade para a CGA e TSU e reposição do pagamento dos subsídios de férias e natal. No entanto o valor de 2013 ficou muito abaixo do valor registado em 2011.

Os acréscimos registados nas rubricas Aquisição de Bens e Serviços, Transferências Correntes e Passivos Financeiros prendem-se com a execução do Saneamento Financeiro e PAEL.

Do valor total de pagamentos, 7.789.151,18 € dizem respeito a despesas de natureza corrente (63,32 %) e 4.512.302,69 € correspondem a despesas de capital (36,68%), conforme se verifica na tabela 20 a seguir apresentada:

	2013	%
Despesa Corrente	7.789.151,18	63.32%
Despesa de Capital	4.512.302,69	36.68%
	12.301.453,87	100,00%

.Tabela 20

Despesas Correntes são despesas que visam manter o funcionamento dos serviços públicos, e são, na quase totalidade dos casos, valores com uma evolução constante e homogénea.

Despesas de Capital são gastos realizados pela administração pública com o objetivo de adquirir ou criar bens de capital. São compostas essencialmente por investimentos que envolvem projetos de dimensão considerável.

Porque importante, convém realçar as despesas com a alimentação dos alunos, lenha, apoio social, expediente e limpeza, atividades de enriquecimento curricular e manuais escolares, Bombeiros, Equipas de Intervenção Permanente, ADESA, Coletividades e Associações, Instituições diversas de carácter social cujo valor em 2013 se cifrou em 1.063.478,45 € (931.275,51 € – transferências correntes e 132.202,94 € – transferências de capital).

Apesar de não transparecerem especificamente numa rubrica de educação ou se traduzirem diretamente em valor em rubrica de educação, salientam-se os gastos com as auxiliares adstritas às diversas escolas e jardins de infância, os transportes escolares efetuados pela Câmara, os gastos com as AEC's, etc.

O executivo considera que o associativismo é importante enquanto promotor do desenvolvimento social no concelho. Os apoios financeiros neste âmbito constituem uma importante fonte de despesa autárquica, revelando a acentuada participação do Município no processo de desenvolvimento dos setores cultural, desportivo e de ação social, beneficiando o conjunto do território municipal, destacando o apoio à formação das camadas jovens em tudo o que conta para o seu desenvolvimento completo.

A Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA), veio aprovar as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

O princípio fundamental é o de que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

De acordo com a lei, o processo de cabimentação não sofre alterações, continuando a ter por referência o orçamento anual do serviço (dotação anual corrigida líquida de cativos).

Em 21 de junho, foi publicado o Decreto-Lei n.º 127/2012, que visa estabelecer, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro — Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, os procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação.

No Município de Tábua o cálculo dos fundos disponíveis é efetuado por um consultor financeiro contratado pelo Município, Dr. Pedro Mota e Costa, Assessor de Gestão Autárquica e Finanças Locais, que presta ainda apoio à elaboração de Orçamentos e Prestação de Contas.

6.4 - Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano (GOP) desdobram-se em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas das Atividades mais Relevantes (AMR's).

Ano	Descrição	Dotação Corrigida	Cabimento	Compromisso	Pagamento	Peso
2013	PPI	3.738.266,18	3.661.790,98	3.661.684,98	2.899.690,65	56%
	AMR's	2.968.783,69	2.930.012,30	2.922.362,30	2.238.399,08	44%
	GOP's	6.707.049,87	6.591.803,28	6.584.047,28	5.138.089,73	

.Tabela 21

Em termos de pagamentos o Plano Plurianual de Investimentos representa cerca de 56% das Grandes Opções do Plano.

Estrutura das GOP

Este documento permite de modo agregado por Objetivo e por Programa o conhecimento do plano anual de atividades com o grau de detalhe necessário a uma gestão criteriosa dos meios financeiros disponíveis. Os projetos/ações incluídos têm, à semelhança do PPI e AMR's, ligação direta ao Orçamento através de rubricas orçamentais.

OB.	PROG.	Designação	Execução (€)	%
1		Educação	1.153.864,62	22,46%
1	1	Ensino não superior	1.153.864,62	22,46%
2		Cultura, Desporto, Recreio e Lazer	74.784,88	1,46%
2	1	Cultura	30.687,12	0,60%
2	2	Desporto, Recreio e Lazer	44.097,76	0,86%
3		Ação Social	168.626,98	3,28%
3	1	Apoio Social	55.209,90	1,07%
3	2	Desenvolvimento social	113.417,08	2,21%
4		Saneamento, de Água e Salubridade	1.356.839,90	26,41%
4	1	Saneamento	409.165,24	7,96%
4	2	Abastecimento de Água	86.386,37	1,68%
4	3	Resíduos Sólidos	861.288,29	16,76%
4	4	Cemitérios	0	0,00%
5		Urbanização	1.781.441,84	34,67%
5	1	Planeamento Urbanístico	2.939,70	0,06%
5	2	Iluminação Pública	15.479,35	0,30%
5	3	Infraestruturas Industriais/Comerciais	282.116,20	5,49%
5	4	Rede Viária e Sinalização	902.587,29	17,57%
5	5	Requalificações Urbanas Diversas	578.319,30	11,26%
6		Proteção Civil	116.417,99	2,27%
6	1	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	116.417,99	2,27%
7		Comércio e Turismo	85.131,90	1,66%
7	1	Comércio e Turismo	19.307,49	0,38%
7	2	Promoção e Desenvolvimento Turístico	65.824,41	1,28%
8		Administração Autárquica	400.981,62	7,80%
8	1	Modernização Administrativa e Equipamentos	342.236,62	6,66%
8	2	Informática e Internet	0	0,00%
8	3	Transferências para as Autarquias	58.745,00	1,14%
TOTAL GERAL			5.138.089,73	100,00%

.Tabela 22

O investimento na Educação é fundamental e como tal o seu valor é preponderante neste documento, representando um peso de cerca de 22,46 %. Salienta-se neste valor o contributo das transferências para as Juntas de Freguesia, no âmbito das Atividades Letivas, os Transportes Escolares e a construção do Centro Educativo de Tábua.

No objetivo Urbanização (34,67 %), salientam-se os investimentos efetuados na rede viária e sinalização e requalificações urbanas diversas.

Referente ao objetivo Saneamento, Abastecimento de Água e Salubridade, este representa cerca de 26,41%. Destaca-se aqui a construção de algumas RAR e a recolha, transporte e depósito de RSU.

6.5 - Análise dos Resultados Orçamentais

Como não podia deixar de ser, da dicotomia receita cobrada bruta/despesa paga, resulta um saldo positivo de 52.938,61 €.

	2011	2012	2013
Receita Cobrada Bruta	11.028.701,83	9.322.410,07	12.354.392,48
Despesa Paga	10.910.889,24	9.308.972,60	12.301.453,87
Resultado Orçamental	117.812,59	13.437,47	52.938,61

.Tabela 23

O saldo da Gerência de 2013 a introduzir no orçamento de 2014 será de 52.938,61 €. A tabela a seguir mostra a evolução do grau de execução da despesa dos últimos 3 anos.

2011			2012			2013		
Orçado	Pago	Grau exc.	Orçado	Pago	Grau exc.	Orçado	Pago	Grau exc.
22.544.924,28	10.910.889,24	48,40	19.319.215,59	9.308.972,60	48,19	14.520.662,77	12.301.453,87	84,72

.Tabela 24

A despesa registou um histórico grau de execução.

No que respeita à evolução do grau de execução da receita obtemos os valores que a seguir se descrevem.

2011			2012			2013		
Receita orçada	Receita cobrada líquida	Grau exc.	Receita orçada	Receita cobrada líquida	Grau exc.	Receita orçada	Receita cobrada líquida	Grau exc.
22.544.924,28	11.006.100,38	48,82	19.319.215,59	9.307.232,78	48,18	14.520.662,77	12.339.833,62	84,98

.Tabela 25

O aumento do grau de execução da receita e da despesa foi enorme.

Podemos afirmar que o orçamento de 2013 foi um orçamento realista dado o elevado grau de execução verificado.

Apesar do n.º 3 do artigo 56.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, não se aplicar à prestação de contas de 2013 convém salientar que o valor da execução se encontra dentro do exigido por esta.

Resultado Corrente

O resultado corrente permite aferir o grau de cobertura da despesa corrente pela receita corrente.

Nota: O método de cálculo utilizado é o solicitado pelo Tribunal de Contas.

	Receitas Correntes + Saldo Gerência anterior de Execução Orçamental	Despesas Correntes	Equilíbrio Orçamental Corrente
2013	6.659.479,41 €	7.789.151,18 €	-1.129.671,77 €

.Tabela 26

O ano 2013 foi o ano de implementação e execução do Saneamento Financeiro. Este facto tem uma influência determinante no equilíbrio orçamental corrente. Os empréstimos de Saneamento Financeiro e PAEL são registados em receita de capital e na fase do pagamento são utilizados para pagar, na sua maioria, despesa corrente. Dadas as circunstâncias e as razões apontadas, consideramos justificado o desvio no equilíbrio corrente.

7 - Situação Económico-Financeira

Balanço e Demonstração de Resultados

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados proporcionam uma visão completa sobre a situação financeira, patrimonial e económica do Município de Tábua a 31 de dezembro de 2013.

7.1 - Análise ao Balanço

O Balanço apresenta a situação do património da autarquia à data de encerramento do exercício. Dá a conhecer, por um lado, o Ativo, constituído pelos bens e direitos

que representam a aplicação de fundos e, por outro, o Passivo e Fundos Próprios que representam a origem.

Os Bens do domínio público são os que mais contribuem para a formação do Ativo Fixo (56,95%), seguindo-se as Imobilizações corpóreas (38,62%).

Descrição	2012	Peso	2013	Peso
Ativo				
Imobilizado				
Bens de Domínio Público	26.959.395,95	59,69%	24.707.913,64	56,95%
Imobilizações Incorpóreas	21.821,63	0,05%	10.423,03	0,02%
Imobilizações Corpóreas	16.744.298,69	37,07%	16.757.141,36	38,62%
Investimentos Financeiros	1.035,00	0,00%	1.075,00	0,00%
Subtotal	43.726.551,27	96,81%	41.476.553,03	95,60%
Circulante				
Existências	220.013,68	0,49%	196.181,52	0,45%
Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	206.651,77	0,46%	335.300,14	0,77%
Títulos Negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Disponibilidades	147.514,53	0,33%	168.725,84	0,39%
Acréscimos e Diferimentos	867.795,15	1,92%	1.210.642,30	2,79%
Subtotal	1.441.975,13	3,19%	1.910.849,80	4,40%
Total do Ativo	45.168.526,40	100%	43.387.402,83	100,00%
Capital Próprio e Passivo				
Fundos Próprios				
Património	49.041.226,48	108,57%	49.041.226,48	113,03%
Doações	9.000,00	0,02%	10.900,79	0,03%
Resultados Transitados	20.006.688,24	-44,29%	21.763.481,71	-50,16%
Resultado Líquido do Exercício	-1.756.793,47	-3,89%	-1.594.416,37	-3,67%
Subtotal	27.286.744,77	60,41%	25.694.229,19	59,22%
Passivo				
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	4.537.795,87	10,05%	6.710.060,54	15,47%
Dívidas a Terceiros	5.398.354,70	11,95%	2.540.739,05	5,86%
Acréscimos e Diferimentos	7.945.631,06	17,59%	8.442.374,05	19,46%
Subtotal	17.881.781,63	39,59%	17.693.173,64	40,78%
Total Capital Próprio e Passivo	45.168.526,40	100,00%	43.387.402,83	100,00%

.Tabela 27

O Município de Tábua terminou o ano de 2013 com um Ativo Líquido valorizado em 43.387.402,83 €.

Os Acréscimos e Diferimentos, que figuram no Ativo, englobam os Acréscimos de Proveitos e os Custos Diferidos apresentando o valor total de 1.210.642,30 €.

A conta Acréscimos de Proveitos serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores. Os Acréscimos de Proveitos correspondem aos proveitos reconhecidos no próprio exercício, referentes a impostos (IMI; IMT e IUC) e a valores provenientes da DGESTE, Segurança Social, Águas do Planalto, entre outros.

A conta Custos Diferidos compreende os custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as respetivas despesas tenham ocorrido em 2012. O valor dos Custos Diferidos, no ano económico em análise, ascendeu a 57.891,52 €, englobando as despesas antecipadas de seguros e taxas de manutenção dos programas informáticos da AIRC.

No que respeita à estrutura do Passivo, há a relevar o peso de 19,46 %, verificado nos Acréscimos e Diferimentos que figuram no Passivo, substancialmente explicado pela contabilização de proveitos diferidos relativos a subsídios ao investimento atribuídos à autarquia no âmbito do FEDER e do QREN.

7.2 - Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por Natureza (DR) é o mapa contabilístico que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido do exercício, através do confronto dos proveitos e ganhos e dos custos e perdas apurados, pretendendo aferir o grau de eficiência económica atingido pela autarquia e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados, de forma a prognosticar a capacidade da mesma em gerar fluxos de caixa.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

Custos

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano 2013, registaram-se custos no valor de 10.625.698,35 €. Este valor representa uma diminuição face a 2012.

	2012		2013		2013-2012	
Estrutura dos Custos	Montante	%	Montante	%	Montante	Variação
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	324.528,70	3,02%	383.563,19	3,61%	59.034,49	18,19%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.574.406,41	23,97%	2.389.879,95	22,49%	184.526,46	-7,17%
Custos com o Pessoal	3.136.471,82	29,20%	3.225.438,14	30,36%	88.966,32	2,84%
Transf. e Subsídios Corr.Concedidos e Prest. Sociais	695.755,49	6,48%	906.708,70	8,53%	210.953,21	30,32%
Amortizações do Exercício	3.221.780,34	30,00%	3.208.158,44	30,19%	-13.621,90	-0,42%
Outros Custos e Perdas Operacionais	14.144,66	0,13%	1.119,66	0,01%	-13.025,00	-92,08%
Custos e Perdas Financeiras	379.750,61	3,54%	192.193,05	1,81%	187.557,56	-49,39%
Custos e Perdas Extraordinárias	393.683,62	3,67%	318.637,22	3,00%	-75.046,40	-19,06%
Custos Totais	10.740.521,65	100,00%	10.625.698,35	100,00%	114.823,30	

.Tabela 28

Os custos com pessoal e as amortizações representam a maior fatia dos custos. Regista-se uma diminuição 7,17% nos fornecimentos e serviços externos.

Proveitos

Os proveitos atingiram um valor de 9.031.281,98 €, valor este superior ao valor dos proveitos do ano 2012.

Houve um aumento da generalidade dos proveitos. Apenas a rubrica Impostos e Taxas decresceu em relação ao ano anterior.

À semelhança dos anos anteriores, a parcela mais representativa dos Proveitos continuam a ser as Transferências e Subsídios Obtidos, que representam cerca de 66 % dos Proveitos Totais. Os Impostos e Taxas têm um peso de 24 %.

	2012		2013	
Estrutura dos Proveitos	Montante	%	Montante	%
Vendas e Prestações de Serviços	191.083,14	2,13%	230.973,29	2,56%
Impostos e Taxas	2.286.495,11	25,45%	2.202.366,39	24,39%
Trabalhos para a Própria Entidade	136.903,01	1,52%	183.180,72	2,03%
Transferências e Subsídios Obtidos	5.968.589,13	66,44%	6.000.848,93	66,45%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	313,43	0%	0	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	337.613,87	3,76%	347.643,01	3,85%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	62.730,49	0,70%	66.269,64	0,73%
Proveitos Totais	8.983.728,18	100,00%	9.031.281,98	100,00%

.Tabela 29

Os trabalhos que o Município realizou para si mesmo, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito, e que se destinam ao seu imobilizado, encontram-se refletidos na conta Proveitos para a Própria Entidade e somaram a importância de 183.180,72 €, aumentando assim em relação ao ano transato.

Resultado Líquido do Exercício

As amortizações do exercício influenciam de uma forma determinante o Resultado Líquido do Exercício. Sem elas o Resultado Líquido seria largamente positivo.

	2011	2012	2013
Resultado Líquido do Exercício	- 2.171.509,24 €	- 1.756.793,47 €	- 1.594.416,37 €

.Tabela 30

Como se pode verificar no quadro acima, resultado dos esforços desenvolvidos ao longo dos anos, o Resultado Líquido do Exercício tem vindo a melhorar ano após ano.

8 - Indicadores

Indicadores de Gestão	2012	2013
Taxa de cobertura da despesa paga pela receita	1,00	1,00
Taxa de Poupança Corrente	1,06	0,85
Peso da despesa total na receita total	1,00	1,00
Peso da receita capital na despesa de capital	0,86	1,26
Grau de cobertura dos juros e amortizações da dívida pelos fundos autárquicos correntes	0,36	0,67
Peso das receitas próprias na despesa total	0,23	0,20
Peso dos fundos municipais na despesa total	0,57	0,43
Peso das transferências da administração central na despesa total	0,75	0,51
Rácios de estrutura da receita		
Receitas próprias/Receita Total	0,23	0,20
Fundos Municipais/Receita Total	0,57	0,43
Transferências da administração central / receita total	0,75	0,51
Rácios de estrutura despesa		
Despesa capital / despesa total	0,36	0,37
Investimento / despesa total	0,28	0,24
Rácios de Gestão pessoal		
Despesa de pessoal /receitas correntes	0,49	0,49
Fundos autárquicos correntes /despesa de pessoal	0,70	0,75
Outros		
Compromissos assumidos / despesa paga	2,04	1,74

.Tabela 31

Despesa de Funcionamento = Aquisição de Bens e Servi. Correntes + Outras Despesas Correntes

Fundos Autárquicos Correntes = Receita Própria

Fundos Municipais = FEF + FSM + Participação Variável de IRS

Receita própria = ver na página 37.

Transferências Administração Central = rubrica 0603 + 1003

Considerou-se a receita cobrada líquida

9 – Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta 59 “Resultados Transitados”. E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de

reservas. O disposto nos pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e a que se reforce a conta 571- Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Considerando que o valor do resultado líquido é negativo, no montante de 1.594.416,37 €, não haverá lugar à distribuição de resultados, nos termos acima referidos, pelo que o mesmo será integralmente transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

10 - Cumprimentos Legais da Despesa

Capacidade de Endividamento

O nº 1 do art. 98º da Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro, impõe que o limite ao endividamento municipal em 2013 corresponda *“ao menor dos seguintes valores:*

- a) Limite de endividamento líquido de 2012;*
- b) Limite resultante do disposto no nº 1 do artigo 37º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.”*

O limite de endividamento líquido de 2012 é: 8.871.845,00 € e o limite resultante da alínea b) é: 7.565.259,01 €, portanto para 2013 é de considerar o limite de endividamento líquido de 7.565.259,01 €, por ser o menor dos valores.

O decreto-lei da Execução do Orçamento de Estado vem ainda acrescentar no nº 1 do art.º 54 do Dec.- Lei nº 36/2013 de 11 de março *“A DGAL calcula, para cada município, o montante de endividamento líquido e da dívida de curto, médio e longo prazos, previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 - A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro e 22/2012, de 30 de maio, com base na informação fornecida pelos municípios, até 10 de maio de 2013, através do SIIAL”.*

O quadro seguinte mostra o cálculo de endividamento líquido municipal para 2012 e 2013, conforme o conceito do art.º 36 da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro *“O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é*

equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros” e tendo em conta os limites de endividamento constantes na Lei do Orçamento de Estado.

Passivos Financeiros	31-12-2012	31-12-2013
Empréstimos m/l prazo (s/ excecionados)	4.021.148,57	6.286.912,65
Contratos Locação Financeira	0,00	0,00
Dívidas a Fornecedores e outros credores	5.398.354,70	2.540.739,05
Acréscimos de Custos (273)	264.810,90	339.670,40
Endividamento proveniente AMRPB (Água e resíduos)*	384.904,54	374.920,66
SOMA (1)	10.069.218,71	9.542.242,76
Ativos Financeiros		
Saldo de Caixa	1.264,67	1.263,29
Depósitos Instituições Financeiras	146.249,86	167.462,55
Aplicações de Tesouraria	1.035,00	1.075,00
IVA a Recuperar	67,73	0,00
Clientes, Contribuintes e Utentes e outros devedores	329,23	314,27
Acr. Proveitos e Custos Diferidos (271+272)	867.795,15	1.210.642,30
Devedores de Transf.P/Autarquias Locais - Estado (26821)	206.254,81	334.485,87
SOMA (2)	1.222.996,45	1.715.243,28
Endividamento Líquido (3) = (1) - (2)	8.846.222,26	7.826.999,48
Limite Endividamento Líquido (artº. 66 LOE 2012)	8.871.845,00	
Limite Endividamento Líquido (artº. 98 LOE 2013)		7.565.259,00
Margem	25.622,74	-261.740,48
Empréstimos Excecionados	516.647,30	423.147,89
*valores trimestrais referentes a 31-12-2013 (provisório)		

.Tabela 32

Cumpridos os pressupostos legais e na certeza que todos os esforços foram feitos com o objetivo de melhorar o nível de vida de todos os Tabuenses, considero que os documentos em apreço merecem a aprovação por parte da Câmara e Assembleia Municipal.

A participação das Juntas de Freguesia e dos trabalhadores do Município no desenvolvimento conseguido está bem evidenciado na realização de dezenas de

obras por administração direta, que representam milhares de euros de investimento e sobretudo antecipação no tempo da sua concretização.

Cumprindo o estipulado no nº. 3, do artigo 15º. da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, as declarações aí referidas, fazem parte integrante dos restantes documentos de prestação de contas.

O apoio ao movimento associativo local e à sua valiosa atividade social e cultural continuou a merecer o apoio da câmara, apesar de todas as contingências e carências ao nível económico-financeiro.

Queremos saudar todos sem exceção, os Senhores Vereadores do executivo, os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e restantes Autarcas, os Funcionários do Município, os Tabuenses em geral e todos os que direta e indiretamente contribuíram para o desenvolvimento do concelho.

Compete a cada um de nós, sem nunca baixar os braços, fazer o que estiver ao seu alcance, abdicando de interesses pessoais e político-partidários, para que o concelho de Tábua seja mais moderno, mais justo e mais solidário.

Tábua, 04 de abril de 2014

O Presidente da Câmara

(Mário de Almeida Loureiro)

- ANEXO -

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Contabilidade de Custos

Perante a preocupação crescente com a obtenção de eficiência, eficácia e economia na gestão dos gastos públicos, a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras tradicionais orçamentais tornou-se escassa. Neste cenário, a Contabilidade Analítica ou de Custos assume atualmente, nas instituições públicas, um papel preponderante como medida de análise e controlo de custos, auxiliando o processo de planificação e tomada de decisão dos gestores e administradores públicos.

Desta forma, no exercício de 2013, continuou-se a utilizar e aprofundar um sistema de contabilidade de custos que visa a possibilidade de apurar os custos do Município, por Funções, centros de Responsabilidade e por Bens e Serviços.

Para efeitos de análise, apresentam-se os quadros e gráficos seguintes que disponibilizam informação sobre a distribuição dos custos do Município.

A análise é feita de forma comparativa entre as várias Funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das Funções tem na distribuição dos custos Municipais.

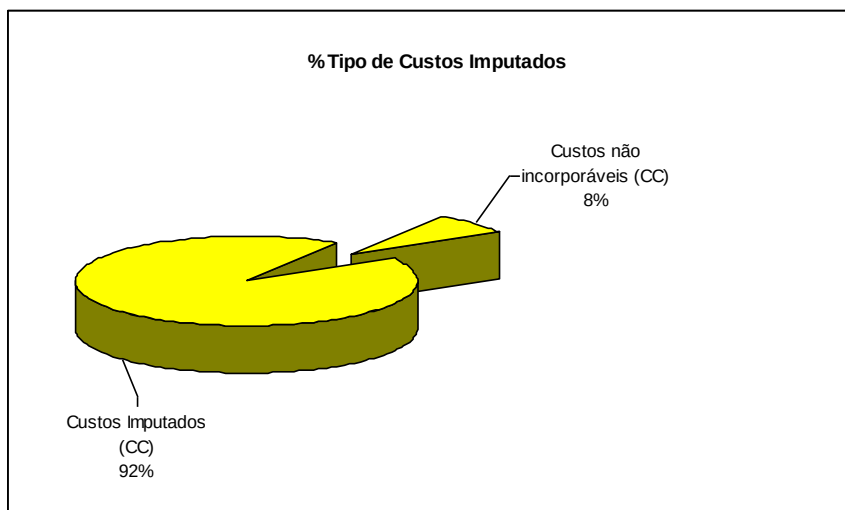
Apresenta-se também, uma distribuição da Função 111, que se considera uma Função de apoio às Funções operativas,

Finalmente apresenta-se uma análise comparativa da distribuição dos custos por funções entre o ano de 2012 e 2013, com a consequente análise evolutiva.

Tipo de Custo	Valor	%
Custos Imputados (CC)	9.812.376,80 €	92%
Custos não incorporáveis (CC)	813.321,55 €	8%
TOTAL (DR - Total de Custos)	10.625.698,35 €	100%

.Tabela 1 – Custos Imputados e Custos Não Incorporáveis CC

Os custos municipais foram todos tratados, mas dos custos apresentados na Demonstração de Resultados o valor de 813.321,55 € foi considerado não incorporável por se tratar de montantes relacionados com operações extraordinárias dificilmente enquadráveis nas funções apresentadas. Desta forma, apenas 8 % dos custos foram considerados não incorporáveis.



.Gráfico 1 – Percentagem de Custos Tratados pela CC

1 – Educação

Serviços da Educação

Função	Serviço	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amortizações	TOTAL	%
211	Transportes Escolares	- €	82.930,61 €	34.738,68 €	366.595,37 €	- €	484.264,66 €	30,82%
221	Refeições Escolares	- €	- €	- €	77.604,99 €	- €	77.604,99 €	4,94%
221	Atividades de Enriquecimento Curricular	- €	189.650,84 €	- €	42.939,88 €	- €	232.590,72 €	14,80%
221	Orquestra Pedagógica	- €	- €	- €	19.980,00 €	- €	19.980,00 €	1,27%
221	J. Infância, E. Primárias e EB's		226.475,92 €	35.823,06 €	414.468,82 €	- €	676.767,80 €	43,08%
221	Centro Educativo	96,19 €	28.564,90 €	- €	43.604,31 €	- €	72.265,40 €	4,60%
221	Adeptoliva	- €	- €	- €	7.578,00 €	- €	7.578,00 €	0,48%
Educação TOTAIS		96,19 €	527.622,27 €	70.561,74 €	972.771,37 €	- €	1.571.051,57 €	100,00%
Educação TOTAIS %		0,01%	33,58%	4,49%	61,92%	0,00%	100,00%	

.Tabela 2 – Custos dos Serviços de Educação

As atividades de enriquecimento curricular tiveram um custo de 232.590,72 €, dos quais 82 % são custos de pessoal, esta componente da educação foi financiada no montante de 94.797,08€, através da DGEstE – (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares).

Os jardins de infância, escolas primárias e outras totalizaram o montante de cerca de 676.787,80 €, do qual 34 % (custos com pessoal) foi financiado pela DGEstE no valor

de 108.570,70 €, os restantes 75 % (outros custos), referem-se a custos associados à manutenção dos edifícios sem os quais estes não poderiam funcionar e também aos subsídios transferidos pelo município às diferentes freguesias no âmbito da educação. Ainda no âmbito da educação foi transferido para o município (DGAL, DGEstE e através de receitas próprias) cerca de 246.030,43 €, sendo 138.612,06, componente de apoio à família, 64.548,00 €, transportes de escolares de alunos deslocados devido ao encerramento de escolas, e 42.870,37 €, receitas provenientes de vinhetas dos transportes escolares.

$$\text{Margem de Cobertura Global} = \frac{491.179,56 \text{ €}}{1.689.060,43 \text{ €}} = 29,08\%$$

No total cerca de 30 % dos custos são cobertos pelos proveitos.

Bens da Educação

No que respeita aos bens da educação, o maior custo prende-se com as amortizações dos edifícios, apresentando uma percentagem de 88,45% no total dos custos dos bens imóveis.

2 - Serviços de Ação Social

Função	Serviço	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amortizações	TOTAL	%
232	CPCJ	- €	- €	96,88 €	1.603,72 €	- €	1.700,60 €	2,97%
232	CD Candosa	- €	93,10 €	104,94 €	5.000,00 €	- €	5.198,04 €	9,07%
232	ACUREDEPA	210,03 €	466,20 €	- €	2.460,00 €	- €	3.136,23 €	5,47%
232	SOS Municípe	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00%
232	CLDS	- €	- €	- €	3.500,00 €	- €	3.500,00 €	6,11%
232	Apoio Arrendamento Habitacional	- €	- €	- €	9.445,50 €	- €	9.445,50 €	16,48%
232	Bolsas de Estudo	- €	- €	- €	4.334,55 €	- €	4.334,55 €	7,56%
232	Centro Social Caeiro da Matta	- €	- €	- €	5.000,00 €	- €	5.000,00 €	8,72%
232	Ampliação do Lar Nossa Senhora de Fátima – Ázere	- €	- €	- €	25.000,00 €	- €	25.000,00 €	43,62%
232	APPACDM	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00%
Ação Social TOTAIS		210,03 €	559,30 €	201,82 €	56.343,77 €	- €	57.314,92 €	100,00%
Ação Social TOTAIS %		0,37%	0,98%	0,35%	98,31%	0,00%	100,00%	

.Tabela 3 – Custos dos Serviços da Ação Social

O apoio ao arrendamento habitacional apresentou um custo de 9.445,50 €, traduzindo-se num subsídio concedido às famílias com dificuldades económicas e financeiras.

As bolsas de estudo constituem um apoio aos jovens que integram o ensino superior.

3 - Saneamento

Serviços de Saneamento

Função	Serviço	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amorti.	TOTAL	%
243	Limpeza de Fossas no Concelho	- €	- €	98.734,07 €	- €	- €	98.734,07 €	42,27%
243	ETAR's no Concelho	4.609,86 €	18.272,23 €	6.477,84 €	105.496,53 €	- €	134.856,46 €	57,73%
Saneamento TOTAIS		4.609,86 €	18.272,23 €	105.211,91 €	105.496,53 €	- €	233.590,53 €	100,00%
Saneamento TOTAIS %		1,97%	7,82%	45,04%	45,16%	0,00%	100,00%	

.Tabela 4 – Custos dos Serviços de Saneamento

Os custos supra mencionados referentes às ETAR's, compreendem as seguintes rubricas: água, análises laboratoriais, trabalhos especializados e eletricidade.

As receitas com o saneamento perfizeram a quantia de 128.322,68 €.

$$\text{Margem de Cobertura Global} = \frac{128.322,68 \text{ €}}{233.590,53 \text{ €}} = 55\%$$

No total cerca de 55 % dos custos são cobertos pelos proveitos.

Bens de Saneamento

Função	Bem	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amorti.	TOTAL	%
243	Saneamento no Concelho	18.346,99 €	23.560,80 €	28.139,42 €	25.925,44 €	11.560,48 €	107.533,13 €	44,76%
243	ETAR's no Concelho	8.931,92 €	24.684,91 €	8.005,33 €	- €	91.064,85 €	132.687,01 €	55,24%
Saneamento TOTAIS		27.278,91 €	48.245,71 €	36.144,75 €	25.925,44 €	102.625,33 €	240.220,14 €	100,00%
Saneamento TOTAIS %		11,36%	20,08%	15,05%	10,79%	42,72%	100,00%	

.Tabela 5 – Custos dos Bens de Saneamento

Dos custos supra mencionados, cerca de 43% correspondem a amortizações e 67% a obras por administração direta nas diferentes freguesias do concelho.

4 - Abastecimento de Água

Bens de Abastecimento de Água

Função	Bem	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amorti.	TOTAL	%
244	Abastecimento Água Concelho	1.813,23 €	1.093,21 €	1.441,54 €	13.527,43 €	847.434,60 €	865.310,01 €	100,00%
Abastecimento de Água TOTAIS		1.813,23 €	1.093,21 €	1.441,54 €	13.527,43 €	847.434,60 €	865.310,01 €	100,00%
Abastecimento de Água TOTAIS %		0,21%	0,13%	0,17%	1,56%	97,93%	100,00%	

.Tabela 6 – Custos dos Bens de Abastecimento de Água

Do valor global apurado cerca de 97,93 % corresponde a custos com amortizações.

5 - Resíduos Sólidos

Função	Serviços	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amorti.	TOTAL	%
245	Resíduos Sólidos Urbanos	- €	- €	- €	334.495,31 €	- €	334.495,31 €	100,00%
Abastecimento de Água TOTAIS		- €	- €	- €	334.495,31 €	- €	334.495,31 €	100,00%
Abastecimento de Água TOTAIS %		0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	

.Tabela 07 – Custos dos Serviços de RSU

O serviço de RSU apresenta um valor de 334.495,31 €, de referir que a receita arrecadada foi de 315.358,39 € (94,28%).

6 – Cultura

Função	Serviço	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amorti.	TOTAL	%
251	Biblioteca Municipal	0,00 €	125.733,36 €	172,85 €	33.574,03 €	1.085,36 €	160.565,60 €	36,04%
251	Centro Cultural de Tábua	529,28 €	4.427,43 €	0,00 €	90.581,94 €	75.459,99 €	170.998,64 €	38,38%
251	Atividades Socio - Culturais	1.205,03 €	6.032,93 €	1.661,78 €	19.430,44 €	0,00 €	28.330,18 €	6,36%
251	Coro Polifónico Municipal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.518,97 €	0,00 €	7.518,97 €	1,69%
251	FACIT	3.673,35 €	5.043,43 €	1.817,20 €	58.798,04 €	0,00 €	69.332,02 €	15,56%
251	Feira do Queijo	42,78 €	1.978,48 €	569,38 €	6.191,49 €	0,00 €	8.782,13 €	1,97%
Cultura TOTAIS		5.450,44 €	143.215,63 €	4.221,21 €	216.094,91 €	76.545,35 €	445.527,54 €	100,00%
Cultura TOTAIS %		1,22%	32,15%	0,95%	48,50%	17,18%	100,00%	

.Tabela 08 – Custos dos Serviços de Cultura

Os outros custos apresentados na Biblioteca Municipal, revelam os custos de eletricidade, materiais didáticos, cultura, recreio, jornais e revistas.

Os eventos reportados, supra, contêm o valor da mão de obra utilizada pelo e do Município na preparação para a realização dos eventos.

7 - Serviços de Desporto, Recreio e Lazer

Função	Serviço	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amorti.	TOTAL	%
252	Estádio Municipal	5.456,14 €	73.274,37 €	122,78 €	11.474,21 €	685,17 €	91.012,67 €	21,49%
252	Pavilhões e Salas de Desporto	264,23 €	38.110,89 €	1.154,23 €	29.332,08 €	13.384,55 €	82.245,98 €	19,42%
252	Piscinas Municipais	1.667,87 €	107.197,02 €	0,00 €	107.210,89 €	542,33 €	216.618,11 €	51,14%
252	Jardins e Zonas Verdes	1.882,60 €	12.257,18 €	0,00 €	2.244,92 €	0,00 €	16.384,70 €	3,87%
252	Centro Municipal de Corrida e Marcha	188,47 €	8.792,56 €	0,00 €	1.285,21 €	750,79 €	11.017,03 €	2,60%
252	Ginásio Municipal	741,84 €	1.975,75 €	0,00 €	3.376,29 €	187,08 €	6.280,96 €	1,48%
Desporto, Recreio e Lazer TOTAIS		10.201,15 €	241.607,77 €	1.277,01 €	154.923,60 €	15.549,92 €	423.559,45 €	100,00%
Desporto, Recreio e Lazer TOTAIS %		2,41%	57,04%	0,30%	36,58%	3,67%	100,00%	

.Tabela 09 – Custos dos Serviços de Desporto, Recreio e Lazer

Foi apurado um custo de funcionamento dos serviços de desporto, sendo grande parte associado ao funcionamento das piscinas, o valor apresentado em materiais e outros custos provêm essencialmente de custos suportados com o gás de aquecimento, eletricidade e mão de obra, necessários ao normal funcionamento da mesma.

8 - Indústria e Energia

Bens de Indústria e Energia

Função	Bem	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amorti.	TOTAL	%
320	Iluminação Pública	- €	- €	- €	9.806,57 €	25.137,28 €	34.943,85 €	42,49%
320	Parques Industriais	- €	- €	- €	2.986,53 €	44.302,00 €	47.288,53 €	57,51%
Indústria e Energia TOTAIS		- €	- €	- €	12.793,10 €	69.439,28 €	82.232,38 €	100,00%
Indústria e Energia TOTAIS %		0,00%	0,00%	0,00%	15,56%	84,44%	100,00%	

.Tabela 10 – Custos dos Bens de Indústria e Energia

Serviços de Indústria e Energia

Função	Serviço	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amorti.	TOTAL	%
320	Iluminação Pública	- €	- €	- €	295.875,50 €	- €	295.875,50 €	100,00%
Indústria e Energia TOTAIS		- €	- €	- €	295.875,50 €	- €	295.875,50 €	100,00%
Indústria e Energia TOTAIS %		0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	

.Tabela 11 – Custos dos Serviços de Energia

O montante de 295.875,50€ refere-se ao custo com a iluminação pública do concelho.

9 - Rede Viária

Função	Bem	Materiais	MOD	Máquinas e Viaturas	Outros Custos	Amorti.	TOTAL	%
331	Passeios e Outros Arranjos Concelho	30.667,70 €	97.796,62 €	25.465,21 €		2.070,08 €	155.999,61 €	5,40%
331	Pavimentação e Arruamentos Concelho	66.761,44 €	474,60 €	29.770,54 €		2.599.944,65 €	2.696.951,24 €	93,41%
331	Sinalização Concelho	12.808,89 €	12.872,70 €	612,50 €	- €	7.985,56 €	34.279,65 €	1,19%
Rede Viária TOTAIS		110.238,03 €	111.143,92 €	55.848,25 €	- €	2.610.000,29 €	2.887.230,50 €	100,00%
Rede Viária TOTAIS %		3,82%	3,85%	1,93%	0,00%	90,40%	100,00%	

.Tabela 12 – Custos dos Bens da Rede Viária

No que diz respeito à rede viária, a pavimentação e arruamentos detêm 93,41% dos custos, sendo que uma grande fração, 90,40%, corresponde a amortizações.

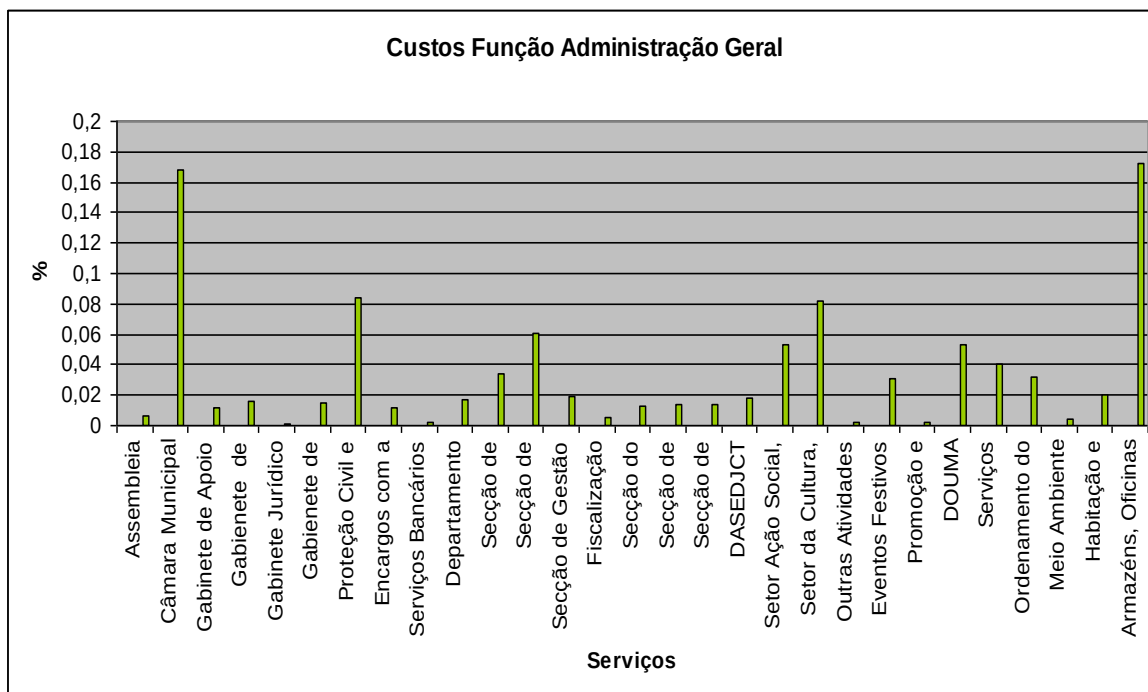
Os passeios e outros arranjos espelham os custos em calçadas nas diferentes freguesias do concelho.

10 - Administração Geral

Administração Geral	2013	%
Assembleia Municipal	20.385,50 €	0,63%
Câmara Municipal	545.215,72 €	16,85%
Gabinete de Apoio ao Presidente	36.776,89 €	1,14%
Gabinete de Informática, Redes e Telecomunicações	52.293,55 €	1,62%
Gabinete Jurídico	2.009,88 €	0,06%
Gabinete de Desenvolvimento Económico	49.088,24 €	1,52%
Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	270.735,93 €	8,37%
Encargos com a Receita	37.110,79 €	1,15%
Serviços Bancários	5.923,41 €	0,18%
Departamento Administrativo e Financeiro	53.412,79 €	1,65%
Secção de Expediente, Taxas, Licenças e Serviços Gerais	108.434,60 €	3,35%
Secção de Contabilidade e Aprovisionamento	197.650,56 €	6,11%
Secção de Gestão e Recursos Humanos	61.889,91 €	1,91%
Fiscalização	17.802,23 €	0,55%
Secção do Património e Faturação	39.662,26 €	1,23%
Secção de Tesouraria	44.131,86 €	1,36%
Secção de Expediente e Arquivo	44.418,13 €	1,37%
DASEDJCT	57.528,99 €	1,78%
Setor Ação Social, Saúde e Habitação	170.434,89 €	5,27%
Setor da Cultura, Desporto, Recreio e Lazer	266.337,20 €	8,23%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	5.680,59 €	0,18%
Eventos Festivos	100.056,78 €	3,09%
Promoção e Divulgação do Concelho	5.772,96 €	0,18%
DOUMA	171.588,18 €	5,30%
Serviços Administrativos do Douma	129.426,73 €	4,00%
Ordenamento do Território	104.311,64 €	3,22%
Meio Ambiente	13.551,21 €	0,42%
Habitação e Urbanismo	65.426,33 €	2,02%
Armazéns, Oficinas e Parque de Máquinas e Viaturas	557.837,40 €	17,24%
TOTAL	3.234.895,15 €	100,00%

.Tabela 13 – Custos da Administração Geral

A Administração Geral abrange os órgãos da autarquia e os serviços gerais da autarquia, designadamente, os da área administrativa, financeira, tesouraria, património, jurídico, desenvolvimento económico e obras (privadas e públicas).

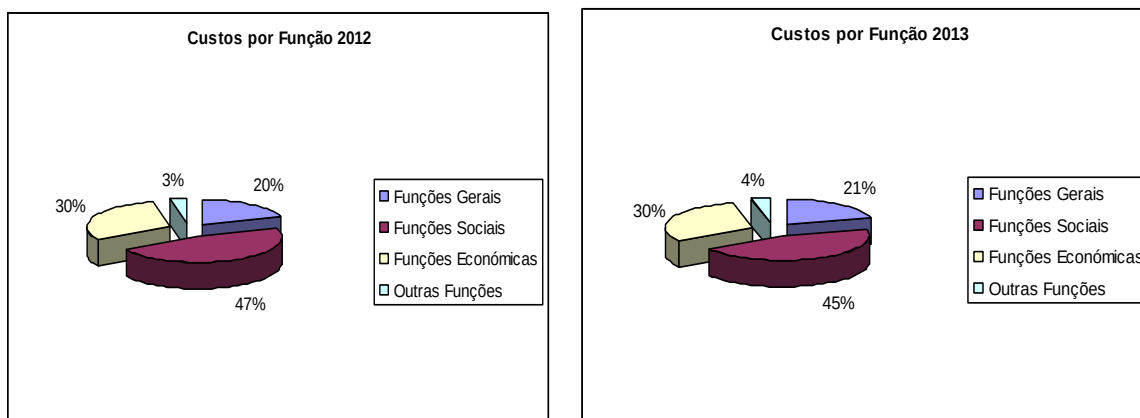


.Gráfico 1 – Custos (em%) da Função Administração Geral

11 - Custos por Função

Funções	2012	%	2013	%	Variação (€) 2013-2012	Variação 2013- 2012 (%)
1 Funções Gerais						
110 Serviços gerais de administração pública						
111 Administração geral	1.778.836,89 €	17,29%	1.742.730,33 €	17,76%	-36.106,56 €	-2,03%
120 Segurança e ordem públicas						
121 Proteção civil e luta contra incêndios	227.656,60 €	2,21%	288.879,55 €	2,94%	61.222,95 €	26,89%
122 Polícia municipal						
2 Funções sociais						
210 Educação						
211 Ensino não superior	1.867.373,20 €	18,15%	1.689.060,43 €	17,21%	-178.312,77 €	-9,55%
212 Serviços auxiliares de ensino						
220 Saúde						
221 Serviços individuais de saúde	142.836,90 €	1,39%	115.170,69 €	1,17%	-27.666,21 €	-19,37%
230 Segurança e ação sociais						
231 Segurança social						
232 Ação social	142.659,79 €	1,39%	126.775,63 €	1,29%	-15.884,16 €	-11,13%
240 Habitação e serviços coletivos						
241 Habitação						
242 Ordenamento do território						
243 Saneamento	498.423,09 €	4,85%	440.344,25 €	4,49%	-58.078,84 €	-11,65%
244 Abastecimento de água	610.549,81 €	5,94%	502.710,27 €	5,12%	-107.839,54 €	-17,66%
245 Resíduos sólidos	447.909,50 €	4,35%	334.495,31 €	3,41%	-113.414,19 €	-25,32%
246 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	12.689,73 €	0,12%	1.841,35 €	0,02%	-10.848,38 €	-85,49%
250 Serviços culturais, recreativos e religiosos						
251 Cultura	419.501,07 €	4,08%	450.244,43 €	4,59%	30.743,36 €	7,33%
252 Desporto, recreio e lazer	650.217,01 €	6,32%	750.541,79 €	7,65%	100.324,78 €	15,43%
253 Outras atividades cívicas e religiosas	50.516,30 €	0,49%	33.880,85 €	0,35%	-16.635,45 €	-32,93%
3 Funções económicas						
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca						
320 Indústria e energia	560.056,81 €	5,44%	389.442,10 €	3,97%	-170.614,71 €	-30,46%
330 Transportes e comunicações						
331 Transportes rodoviários	2.322.892,31 €	22,58%	2.314.780,44 €	23,59%	-8.111,87 €	-0,35%
341 Mercados e feiras	98.954,43 €	0,96%	174.285,86 €	1,78%	75.331,43 €	76,13%
350 Outras funções económicas	101.325,17 €	0,98%	94.518,01 €	0,96%	-6.807,16 €	-6,72%
4 Outras funções						
410 Operações da dívida autárquica	153.127,46 €	1,49%	156.371,21 €	1,59%	3.243,75 €	2,12%
420 Transferências entre administrações	124.301,54 €	1,21%	126.064,27 €	1,28%	1.762,73 €	1,42%
430 Diversas não especificadas	77.037,45 €	0,75%	80.240,03 €	0,82%	3.202,58 €	4,16%
TOTAL	10.286.865,06 €	100,00%	9.812.376,80 €	100,00%	-474.488,26 €	-4,61%

.Tabela 14 – Custos por Função



.Gráfico 2 e 3 – Custos por Função (em %)

Comparando os custos entre os anos 2012 e 2013 conclui-se que houve uma diminuição no montante global no valor de 474.488,26 €. As Funções Sociais continuam a absorver a maioria dos recursos municipais, com aproximadamente 45% dos custos totais, diminuindo em relação ao ano anterior.

A função 111 – Administração Geral, que serve de apoio às funções operativas representa 17,76% dos custos totais.

O volume global de custos do Município de Tábua, incorporados na Contabilidade de Custos situa-se nos **9.812.376,80 €**, cerca de **92%** dos custos apurados na demonstração de resultados.